

Período 1

Ana Laura Loureiro Ferreira



Licenciatura em Ciências Sociais

Antropologia 4

Licenciatura em Ciências Sociais



Período 1

Ana Laura Loureiro Ferreira

Antropologia 4



**COORDENADORIA INSTITUCIONAL
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

COORDENAÇÃO

Luís Paulo Leopoldo Mercado
Fernando Sílvio Cavalcante Pimentel



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

REITOR

Eurico de Barros Lôbo Filho

VICE-REITOR

Rachel Rocha de Almeida Barros



Ministério da
Educação



COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Fernanda lins

PROJETO GRÁFICO

Raphael Pereira Fernandes de Araujo

DIAGRAMAÇÃO

Mario Silvestre Rodrigues

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL:

Fabiana Camargo dos Santos

COORDENAÇÃO DE CURSO:

Luciana Santana

SUPERVISÃO TEÓRICA:

Luciana Santana

REVISÃO DE CONTEÚDO:

Evaldo Mendes da Silva e Luciana Santana



Editora afiliada:



Apresentação

Caros alunos e alunas,

Gostaria de lhes saudar, desejando que façamos uma interessante viagem pela Antropologia Brasileira. A disciplina antropológica aqui tem suas raízes no pensar sobre o Brasil, a partir de vários enfoques, através dos paradigmas raciais, culturais e históricos, aprimorando-se teoricamente e buscando contribuir para o entendimento das problemáticas nacionais. O objetivo desse estudo é apreendermos sobre o desenvolvimento da Antropologia no Brasil, permitindo uma análise de diferentes teorias apropriadas e produzidas por antropólogos brasileiros, ou estrangeiros que pensaram sobre o país. Espero que esse conhecimento contribua para o aprimoramento de um pensamento crítico sobre a nossa disciplina e nossa sociedade. Assim, é com grande prazer que lhes convido aos estudos da disciplina Antropologia 4.

Estou grata por compartilharmos esse momento!

Concepção da Disciplina

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Licenciatura em Ciências Sociais

Disciplina: Antropologia 4

Carga Horária Total: 60h (presencial: 20h / online: 40h)

Professor: Ana Laura Loureiro Ferreira

EMENTA:

Formação e desenvolvimento institucional da Antropologia no Brasil. O tema da formação social brasileira. A cultura e a questão nacional em contextos múltiplos: intelectual, político, histórico e institucional. Principais orientações teóricas e temáticas tratadas pela Antropologia no Brasil.

CONTEÚDOS:

Unidade 1 - O surgimento da Antropologia no Brasil

- 1.1 Primeiras contribuições
- 1.2 O Paradigma Racial
- 1.3 Nina Rodrigues e o Olhar sobre o Negro e a mestiçagem

Unidade II - A Identidade Brasileira em Casa Grande & Senzala

Unidade III - - A Identidade Brasileira em Casa Grande & Senzala

- 3.1 Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil
- 3.2 Redescobrimo o Brasil

Unidade IV - A Cultura Brasileira como Ideologia

- 4.1 A Ideologia do “Caráter Nacional”
- 4.2 Uma Cultura Nacional?

Unidade V - O Campo de Estudos da Antropologia no Brasil

- 5.1 Etnologia Indígena
- 5.2 Os Estudos de Comunidades no Brasil e seus Desdobramentos
- 5.3 Antropologia Urbana

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

O objetivo da disciplina **Antropologia 4** é proporcionar aos alunos elementos para compreensão das principais temáticas, orientações teórico-metodológicas, linhas de estudo e sobre o desenvolvimento

Livro Conteúdo

da Antropologia no Brasil. Nesse sentido, a discussão sobre esse conhecimento possibilitará uma reflexão crítica sobre a produção antropológica no Brasil, relacionando-a com o contexto histórico de desenvolvimento da disciplina.

Objetivos específicos:

1. Apresentar as primeiras reflexões que antecederam a formação da disciplina antropológica no Brasil, desde a contribuição de cronistas e viajantes até o início da formação de uma ciência social nacional, com autores como Nina Rodrigues;
2. Abordar a obra *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, considerando a importância desse autor na consolidação da Ciência Social no Brasil.
3. Compreender a importância da década de 1930 para a formação da Ciência Social brasileira, observando a contribuição de autores que, como Sérgio Buarque de Holanda, realizaram novas interpretações sobre o povo brasileiro;
4. Abordar a problemática da “Cultura Nacional”, a fim de percebermos sua evolução histórica enquanto conceito utilizado pelas Ciências Sociais no Brasil;
5. Apresentar algumas linhas de estudo importantes para o desenvolvimento da disciplina antropológica no Brasil, tais como a Etnologia Indígena, os Estudos de Comunidade e a Antropologia Urbana;

METODOLOGIA DE ENSINO

O material didático está dividido em cinco unidades. O conteúdo apresentado demonstra a constituição e desenvolvimento da antropologia no Brasil, abordando temáticas, conceitos e autores importantes para entendermos esse processo.

Na parte final de cada unidade existem indicações de leituras que serão fundamentais para o aprofundamento das questões discutidas nesse curso. Além disso, links para vídeos de conferências, palestras e documentários também estão presentes.

Os exercícios de aprendizagem foram elaborados com o objetivo de instigar o/a aluno/a a refletir sobre as questões abordadas nesse trabalho, dialogando, também, com os textos e vídeos indicados que compõem as unidades.

Nesse sentido, para realizarmos plenamente os objetivos desse curso, é necessário que haja a leitura dos textos indicados, de autores referidos, ao longo do curso e vídeos relacionados; que as questões abordadas sejam debatidas nos fóruns de discussão; que as dúvidas sejam expostas e que tenhamos um trabalho conjunto no esclarecimento das mesmas; enfim, que exista dedicação por parte de todos e disposição para compartilharmos e debatermos as mais variadas questões que a Antropologia brasileira nos propõe. Os/as alunos/as também podem trazer para debates os assuntos acadêmicos e da realidade social de seu interesse e que estejam relacionados com o campo de estudo da Antropologia, tornando esse processo ainda mais interativo.

Nosso contato se dará principalmente através da Plataforma Moodle. Portanto, é nesse ambiente que vivenciaremos essa experiência de aprendizagem, através dos fóruns de discussão, do acesso a textos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e poderemos, ainda, disponibilizar cópias na biblioteca do seu polo.

Utilizar as ferramentas metodológicas em conformidade com o EAD, incorporando-as da forma mais proveitosa possível para a construção de um conhecimento sobre a Antropologia no Brasil.

Competências e/ou habilidades que o aluno deve desenvolver na disciplina:

Pessoal	Social	Profissional
Leitura e compreensão dos textos e vídeos trabalhados nessa disciplina. Capacidade de interpretação e questionamento dos mesmos. Apreensão e reflexão crítica dos assuntos abordados ao longo da disciplina.	Desenvolver a habilidade de problematizar as realidades sociais e culturais, bem como a produção do conhecimento sobre essas realidades, em espaços acadêmicos e/ou sociais mais amplos.	Desenvolver a compreensão sobre as principais temáticas e discussões da antropologia realizada no Brasil, apropriando-se de um conhecimento pertinente ao exercício docente.

Unidades Conceituais Anteriores que o Aluno deve Apresentar para Desenvolver uma Aprendizagem Significativa na disciplina:

- Conhecimento sobre as escolas antropológicas clássicas, tais como evolucionismo, difusionismo, antropologia cultural, funcionalismo, marxismo etc.;
- Entendimento sobre o conceito antropológico “relativismo cultural”, a fim de se sensibilizar para a compreensão das diferentes culturas referidas nesse trabalho, bem como perceber as diversas formas que os antropólogos no Brasil olharam para elas;
- Compreensão da metodologia de estudos e interação do EAD.

Entenda a Disciplina

Ao longo do Conteúdo da Disciplina você irá encontrar no livro ícones que irão orientá-lo nos estudos. Conheça cada ícone:



Metas da aula – o que o aluno irá ver (pequeno resumo do conteúdo), destacando os objetivos que o aluno deverá alcançar ao final do conteúdo;



Exercício – indica uma atividade que está associada aos conteúdos estudados, que irá conter questões objetivas e subjetivas;



Pré-requisito – compreensão prévia de determinado conhecimento que contribuirá para uma melhor aprendizagem do aluno;



Resumo do tema – síntese dos conteúdos do tema abordado;



Para examinar – apresenta estudos de caso, opiniões e reflexões sobre o conteúdo abordado a fim de desenvolver postura crítica-reflexiva sobre a realidade;



Informações sobre a próxima aula – introdução ao próximo conteúdo;



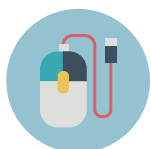
Atenção – destaca um conteúdo importante do texto para compreensão da temática;



Leia mais – Indicação de leitura;



Saiba mais – são informações complementares para o entendimento do conteúdo que está sendo abordado;



Na web – Indicação de condutas cybersociais;



Acesse – ficará no final de cada conteúdo e seu objetivo é promover a fundamentação: sugestão de texto, livro ou site que reforçam ou ampliam o conteúdo;



Referências;



Anotações – tem por finalidade o registro de reflexões dos alunos;



Glossário;



Está no AVA - indica acesso ao AVA para conhecer outros recursos que irão contribuir com o conteúdo estudado;



Avaliação – Exercício de avaliação sistêmico: provas, trabalhos, fichamentos, resumos.

1

Unidade:

**O SURGIMENTO DA
ANTROPOLOGIA NO BRASIL****Metas de aula**

O objetivo dessa unidade é apresentar as primeiras reflexões que antecederam a formação da disciplina antropológica no Brasil. Essa primeira unidade está dividida em três partes: 1) Em primeiro lugar, apresentaremos brevemente as primeiras contribuições aos estudos etnológicos, considerados precursores da antropologia, destacando a produção de cronistas e viajantes;

2) Em seguida, abordaremos as reflexões advindas de um pensamento científico brasileiro em construção, que assumiu como desafio problematizar a formação do povo brasileiro e o futuro que lhe estava reservado. A miscigenação é a questão central desse pensamento e as reflexões se desenvolvem no contexto de desmonte do sistema escravista e no processo de consolidação do Brasil enquanto nação. Os lugares do negro e do mulato nessa sociedade passam a ser discutidos a partir de perspectivas fundadas no paradigma racial; 3) Passaremos a apresentação das principais ideias de Nina Rodrigues, médico que anunciou um novo olhar sobre o negro e o mestiço na sociedade brasileira, influenciando, mais tarde, estudos voltados para a compreensão do papel do negro em nossa sociedade e sua influência cultural. A análise estará centrada nos artigos que compõem seu livro “Os Africanos no Brasil” publicado postumamente em 1933.

1.1. Primeiras contribuições

A literatura de viagem é a precursora do olhar antropológico. Ela foi fundada no estranhamento do encontro colonial e a partir da ótica do dominante sobre os povos dominados. Os cronistas foram os primeiros a se preocuparem em registrar suas impressões, a partir da observação direta, do contato face a face com povos indígenas que aqui se encontravam. Além disso, registraram também a natureza ainda desconhecida, realizando as primeiras descrições. Suas obras estiveram vinculadas aos interesses políticos, econômicos e religiosos dos colonizadores europeus.

Essa literatura é característica de todo o período colonial no Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha inaugura esse gênero na América portuguesa, revelando impressões dos contatos iniciais. Porém, na primeira metade do século XVI não houve muito interesse da coroa portuguesa em investir nesse tipo de conhecimento, uma vez que seu olhar está voltado quase exclusivamente para a extração do Pau Brasil.

O trabalho de Ambrósio Fernandes Brandão, 1618, “Os diálogos das grandezas do Brasil”, apresentou informações sobre grupos étnicos e seus costumes, agricultura e técnicas de produção da cana, sobre o preparo da mandioca, etc., podendo ser considerado o mais relevante do período (DIEGUES JR., s/d). A partir dos meados desse primeiro século de contato, o interesse nessa produção aumenta e os

Livro Conteúdo

relatos de André de Thevet e de Jean de Léry, vindos com a missão francesa em 1555, são exceções à produção portuguesa (IDEM.).

Na literatura de viagem existem diversos relatos que oscilam entre descrições de costumes dos povos, da flora e fauna brasileira e relatos fantasiosos, relacionados a um imaginário que se formara na Europa sobre o Novo Mundo. Assim, o impacto da natureza tropical abriu um campo frutífero para as narrativas que descreviam animais monstruosos, metade gente metade bicho, por exemplo. A obra de André de Thevet situa-se nesse misto de descrição e fantasia (DIEGUES JR, s/d). Abaixo encontra-se uma das ilustrações contidas no relato de Thevet, apresentando o bicho preguiça com imenso tamanho e rosto humano.



Figura 1 - André Thevet: Fera que vive de vento (Bicho Preguiça)¹

Disponível em: <http://paisagensnaartebrasileira.pbworks.com/w/page/13733914/Frei%20Andr%C3%A9%20Thevet>

Entre os séculos XVI e XIX existem muitos registros realizados por cronistas, missionários, cientistas, mas ainda não há o estudo etnográfico “no sentido moderno do termo” (DIEGUES JR., s/d, p. 22). O **século XVII** foi marcado pela penetração da Amazônia e do centro-oeste, realidade que faz com que vários estudos floresçam. Esses estudos forneceram importante material submetido à análise posterior para o estudo etnográfico brasileiro (Idem). As duas monografias escritas sobre os Tupinambá por Florestan Fernandes (1949), baseiam-se em material desse período que, sendo rico em documentação, possibilitou que o autor realizasse uma reconstrução do sistema social Tupinambá a partir do método funcionalista (MELATTI, 2007).

Além das fontes portuguesas, os holandeses que ocuparam a Capitania de Pernambuco nesse período contribuíram com o olhar sobre o negro, observando seu papel social e econômico como escravo (DIEGUES JR., s/d). É importante destacar que o material produzido anteriormente se detém quase exclusivamente sobre os indígenas. Tal fato é atribuído ao estranhamento holandês com a figura do negro africano, o que não consistia novidade aos Portugueses, que já possuíam, com estes, um longo histórico de contato (Idem).

Já no **século XVIII**, Manuel Diegues Jr. (s/d) situa como principais obras desse período “Cultura e opulência no Brasil”, de Antonil; “Compêndio narrativo do peregrino na América”, de Nuno Marques Pereira; e a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira (Idem). Entretanto, o antropólogo Júlio César Melatti (2007) considera o século XVIII como um período pobre em informações, pelo menos em relação aos grupos indígenas, conforme o levantamento realizado por Herbert Baldus na “Bibliografia Crítica da Et-

1 Apud Prestes (2000, p. 25). André de Thevet foi cosmógrafo do rei da França e realizou sua viagem à França Antártica ainda no século XVI durante o período de ocupação francesa no Rio de Janeiro.

nologia Brasileira” (BALDUS, 1954 apud MELATTI, 2007).

No **século XIX**, com a vinda da família real para o Brasil, a produção dos cronistas e viajantes é intensificada. Os antropólogos Egon Schaden e João Batista Borges Pereira, num capítulo da “História Geral da Civilização Brasileira” (In HOLANDA, 1967 apud MELATTI, 2007) tratam da produção realizada a partir da chegada da Família Real no Brasil até o final do Império (MELATTI, 2007).

São do século XIX as contribuições de Martius sobre grupos indígenas e, posteriormente, Von den Steinen que aprimora as análises do primeiro. Esses autores, a partir de **expedições científicas**, se detiveram no estudo de línguas indígenas. Tais estudos serviram para classificar grupos indígenas a partir de troncos linguísticos e, com isso, revelaram aspectos da estrutura e organização social desses povos.

As primeiras contribuições para o conhecimento sobre o Brasil podem ser caracterizadas por quatro fases distintas (Ver PRESTES, 2000). A primeira destas seria marcada pelos relatos de cronistas e missionários no século XVI; a segunda, caracterizada por naturalistas trazidos por Maurício de Nassau no século XVII, durante a ocupação holandesa, iniciando as primeiras contribuições consideradas científicas; a terceira fase marcada pelas “Expedições naturalistas estrangeiras” durante o século XIX; e a quarta fase “em que se inicia a ‘Contribuição Nacional’ ao desenvolvimento da ciência, a partir da chegada da família real em 1808” (PRESTES, 2000, p. 20).

Apesar de importante para antropologia, esses relatos e estudos ainda não podem ser considerados antropológicos, uma vez que essa disciplina ainda não havia se constituído nos centros europeus.

1.2. O Paradigma Racial

Entre os finais do século XIX e início do século XX começa a se formar um novo pensamento sobre o Brasil. No contexto de luta contra a escravidão e no pós-abolição, os interesses passam a se voltar também para o lugar do negro na sociedade brasileira, apesar de os estudos sobre povos indígenas continuarem importantes. Em 1913 Roquette Pinto proclamava que “a etnografia no Brasil, hoje, não se pode prender mais somente ao aborígene” (ROQUETTE PINTO, 1913 apud DIEGUES JR., s/d, p. 20).

Em meados do século XX, Manuel Diegues Jr. define a **etnografia** como “...O estudo da formação das populações brasileiras, através dos elementos culturais que as caracterizam. Ou seja, o estudo da cultura e dos homens que a criam e a transmitem” (DIEGUES JR., s/d, p. 20).

Manuel Diegues Jr. (s/d) salienta que ainda durante o século XIX o interesse de estudo sobre o negro africano no Brasil começa a se destacar, deixando de ter um caráter meramente descritivo para se tornar mais analítico. Assim, Martius realizou a classificação étnica dos grupos de africanos que entraram no Brasil; e, no estudo da língua desses povos, destacam-se as contribuições de Macedo Soares, João Ribeiro e Sílvio Romero; os viajantes também oferecem informações importantes sobre o negro na sociedade brasileira baseando estudos científicos realizados posteriormente (DIEGUES JR., s/d, p. 25).

Júlio César Melatti (2007) afirma que até os anos 1930 ainda não havia a formação acadêmica de etnólogo no Brasil. Assim, as contribuições nesse campo vieram de militares, médicos, juristas, engenheiros entre outras profissões.

O autor utiliza uma definição ampla de **etnologia**, considerando a disciplina como

[...] Parte da Antropologia Cultural ou Social que abrange os estudos em que o pesquisador entra em contato direto, face a face, com os membros da sociedade, ou segmento social estudado, contrastando-a com a arqueologia, que abarca as pesquisas apoiadas em vestígios deixados por sociedades desaparecidas ou por períodos passados de sociedades que continuam a existir (MELATTI, 2007, p. 5).

Entretanto, os primeiros autores a se interessar por problemas etnológicos no Brasil não trabalhavam a partir de uma especialização específica, mas lidavam com questões da arqueologia, linguística, antropologia física e etnologia ao mesmo tempo. Em geral, esses autores estavam interessados no destino do povo brasileiro, dedicando-se a levantamentos sobre índios, negros e sertanejos a fim de pensar o lugar dessas populações (MELATTI, 2007).

Segundo Melatti, “boa parte desses autores vivem um conflito entre a simpatia que devotam às minorias que estudavam e a situação de inferioridade em que as colocavam na hierarquia biológica que supunham existir” (MELATTI, 2007, p.5). Exemplo disso é que as ideias abolicionistas e raciais não se opunham e, muitas vezes, eram complementares.

Nessa hierarquização racial, a raça branca e europeia era considerada superior às demais e os prognósticos sobre o futuro da nação emergente variaram de acordo com períodos e linhas teóricas vigentes, passando por interpretações otimistas, que viam com bons olhos a mestiçagem, e pessimistas, enxergando degradação e um futuro de degeneração da raça branca nos trópicos.

Lilia Schwarcz (1993) inicia seu estudo sobre as teorias raciais existentes entre 1870 a 1930 com a seguinte afirmativa,

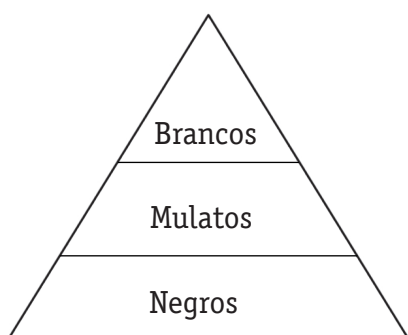
Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um ‘festival de cores’ (Aimard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma ‘sociedade de raças cruzadas’ (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado (SCHWARCZ, 1993, p. 15).

Assim, durante o século XIX, intelectuais brasileiros e estrangeiros encontravam-se às voltas com o “problema da mestiçagem” no Brasil. A partir dos meados do século XIX, as vertentes que consideravam a mistura racial brasileira como um caso de degeneração se radicalizam e passam a declarar a inviabilidade da nação, como na interpretação do viajante francês Conde Arthur de Gobineau (Ver SCHWARCZ, 1993).

A partir de 1870 teorias europeias, como o positivismo, evolucionismo e darwinismo, até então desconhecidas no Brasil, passam a influenciar intelectuais que buscam constituir a ciência brasileira. Assim, em resposta às interpretações pessimistas, autores como Sílvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Viana (1883-1951), e Euclides da Cunha (1866-1909), entre outros nomes reconhecidos, se posicionaram a favor da viabilidade da nação, estabelecendo, porém, condições racionais para o seu desenvolvimento (Idem).

Segundo SCHWARCZ (1993, p. 25), as interpretações desse período adotaram do darwinismo social “o suposto da diferença entre raças e sua natural hierarquia...” e “das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una”. Assim, a suposta superioridade da “raça branca” foi enfatizada e o mestiço passou a ser visto como uma categoria em transição. Ao negro foi reservado o lugar inferior na hierarquia racial e, conseqüentemente, social.

Hierarquia Racial:



Evolução Racial:



A obra apresentada abaixo, demonstra a expectativa do período em relação à mestiçagem e branqueamento da população:



MODESTO BROCOS (1852-1936): *Redenção de Cã*, 1895.
 Óleo sobre tela, 199 x 166 cm.
 Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Figura 2 – Redenção de Cã
 Disponível em: <http://cean2d.blogspot.com.br/2012/10/a-redencao-de-ca-modesto-brocos.html>

No quadro “Redenção de Cã” (1895) são representados uma avó negra que estende as mãos e olha para o céu, parecendo fazer um agradecimento; a filha mestiça com o neto branco no colo; e, um homem branco que olha com ligeira expressão de riso para a criança. O quadro parece indicar o homem branco como o “redentor” da sociedade brasileira.

É importante considerarmos que o **conceito de raça** não deve ser entendido a partir de características biologizantes, ele é sempre historicamente situado. Assim também, no período em questão, devemos considerar tanto o conceito de raça e o argumento construído em seu favor como histórica e politicamente construído. Nesse sentido,

O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente re-negociado e experimentado nesse contexto histórico específico que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

No período em que essas questões estavam em debate, existia uma elite branca que, com a abolição da escravatura e a proclamação da república, ou seja, com o abalo sofrido nas estruturas econômicas e políticas do país, buscava defender seu lugar na sociedade brasileira de então. Assim, teoria e política encontram-se imbricadas de forma direta ou indireta. Porém, há autores que começam a vislumbrar de forma mais acurada a contribuição do negro na sociedade brasileira, para além de enxergá-lo como força de trabalho ou estorvo nacional. Raimundo Nina Rodrigues serve bem a esse exemplo, analisando contribuições dos negros em vários setores da cultura e sociedade brasileira, permanece, entretanto, preso à fórmula da hierarquia racial característica do período em que escreve.

1.3. Nina Rodrigues e o olhar sobre o negro e a mestiçagem



Figura 3: Nina Rodrigues

Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/instrumentosbiografias.htm>

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, cidade que hoje leva seu nome, na então província do Maranhão, em 1862. Em 1882 foi estudar medicina na Bahia, concluindo seus estudos no Rio de Janeiro em 1888 (SALES, 1982). Sua principal área de atuação foi a Medicina Legal, na qual se destacou seu olhar sobre o negro na sociedade brasileira.

Nina Rodrigues faleceu em 1906, mas seu legado póstumo foi fundamental para as novas interpretações sobre o negro e o mulato no Brasil. O autor foi um dos principais propagadores das teorias raciais no país, porém, sua obra contemplou uma nova visão sobre os africanos submetidos à travessia do atlântico, considerando a diversidade e riqueza de elementos culturais trazidos por eles.

Melatti (2007) aponta Manuel Raimundo Querino e Raimundo Nina Rodrigues como os iniciadores dos estudos voltados para o negro. Segundo Melatti,

O primeiro, que era ele próprio descendente de africanos, deixou cuidadosas descrições de tradições de origem africana. O segundo, que contribuiu no sentido de mostrar a diversidade de culturas que vieram com os escravos e seus locais de origem, na África, sucumbiu, por outro lado, às noções vigentes de superioridade e inferioridade racial

(MELATTI, 2007, p. 7).

Ao abordarmos a obra de Nina Rodrigues, autor de vários trabalhos, talvez sessenta e cinco artigos e seis livros, conforme a estimativa de Mariza Correia (2006), pretendemos apontar alguns avanços e limitações de sua obra. Deter-nos-emos numa das publicações póstumas, “Os Africanos no Brasil” (1982), publicado pela primeira vez em 1933, que consiste na reunião de trabalhos sobre diversos temas, em nove capítulos: Cap. 1. Procedências africanas dos negros brasileiros; Cap. 2. Os negros maometanos no Brasil; Cap. 3. As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX - Palmares; Cap. 4. Os últimos africanos: nações pretas que se extinguem; Cap. 5. Sobrevivências africanas – As línguas e as belas-artes nos colonos pretos; Cap. 6. Sobrevivências totêmicas: festas e folclore; Cap. 7. Sobrevivências religiosas; Cap. 8. Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil, e dos seus descendentes; Cap. 9. A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil.



Figura 4: Os Africanos no Brasil, Nina Rodrigues, 1935. 2ª edição. Companhia Editora Nacional
Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/os-africanos-no-brasil>

Nina Rodrigues, vinculado à Escola de Medicina da Bahia, deixou discípulos tais como Oscar Freire e Artur Ramos, este último partindo já de uma concepção crítica à sua obra, utilizando-se do conceito de cultura, em vez de privilegiar a raça como instrumento interpretativo no estudo sobre o negro no Brasil.

Na introdução de “Os Africanos no Brasil”, Nina Rodrigues situa a preocupação central de seu pensamento que é a questão racial, vista a partir da **higienização social**, num período em que os ideais republicanos trouxeram a preocupação com a modernização das cidades, implantando projetos de sanitização e, entre outras questões, discutindo a respeito de medidas a serem tomadas em relação à criminalidade. Com a abolição da escravidão, ocorreu a migração de muitos ex - escravos para as cidades. A população negra não foi plenamente incorporada no projeto de modernização republicana. Marginalizada, passa a ser vista como elemento perigoso, considerada um risco à “saúde” da sociedade brasileira.

Na mesma introdução, Nina Rodrigues situa o lugar do índio, do português e do negro na formação nacional,

Afora a terra e os indígenas, tudo era português, aqui, civilização como habitantes. Forçoso volver ao índio que, para a metrópole, como para a colônia, tinha sido em todos os tempos o elemento estranho a combater e a dominar. Então, não eram tidos

em conta os negros, que se consideravam simples máquina de trabalho. Nem estava formada a consciência da intervenção e influência futuras do mestiço, a quem, aliás, ficava reservado papel tão culminante” (NINA RODRIGUES, 1982, pp. 2-3).

Nina Rodrigues critica uma literatura nacionalista, que exaltava o índio como principal sujeito de nossa formação social, símbolo de pureza e objeto de admiração. Da mesma forma o faz a respeito das ideias abolicionistas sobre o negro, afirmando sua falta de base científica. Nina Rodrigues é um dos autores que buscam a constituição da ciência brasileira, investindo contra visões românticas. Assim ele se refere ao negro,

Depois tocou a vez ao negro. A extinção da escravidão não foi a solução, pacífica ou violenta, de um simples problema econômico. Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pudor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante foi necessário, ou conveniente emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos (NINA RODRIGUES, 1982, p.3).



Atenção

Para Nina Rodrigues, a diferenciação evolutiva entre negros e brancos não pode ser ultrapassada com ações, tais como catequização e inclusão cívica. Para o autor, negros e brancos são separados por constituições psíquicas que, somente por séculos de influência poderiam ser superadas. Para ele, entretanto, o branco estaria sempre em etapa superior, a não ser que houvesse um estacionamento, permitindo ao negro desenvolver-se e até igualar-se. No entanto, o autor considera impossível este acontecimento.

Com estas palavras, podemos considerar

1) Que a introdução dos povos africanos no Brasil nunca levou em consideração sua incorporação social, apenas enquanto força de trabalho, ao mesmo tempo em que os mulatos cresciam em número, e, ainda assim, nunca se prestou atenção ou se pensou no lugar que ele assumiria na nação. Essa geração, a qual pertence Nina Rodrigues, passa a destacar o papel do mulato na sociedade brasileira, enxergando-o ora como degeneração do branco, ora como melhoramento do negro.

2) Que existe uma hierarquia entre negros e brancos que não pode ser entendida como fruto de desigualdades sociais, mas biológicas. A superioridade psíquica explica a dominação dos brancos. Em outras passagens ao longo do livro, Nina Rodrigues afirma a falta de aptidão dos povos africanos em civilizar-se. Nina Rodrigues diferencia, porém, a inferioridade racial da exploração pela escravidão. Entretanto, afirma ele, “a raça negra, por mais que tenham sido incontestáveis os seus serviços à nossa civilização... Há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo” (NINA RODRIGUES, 1982, p. 7).

Entretanto, no capítulo VIII, apesar de sua crença na inferioridade nacional a partir da presença do negro, preocupa-se em demonstrar que

Não é, pois, a concepção teórica toda especulativa e não demonstrada, de uma incapacidade absoluta de cultura dos negros, que merece preocupar povos, como o brasileiro, que, com a escravidão africana, receberam e incorporaram, em sua formação étnica, doses colossais de sangue negro. O que importa ao Brasil é determinar o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e, se de todo, fica compensada pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro, para a grande massa da sua população de cor (NINA RODRIGUES, 1982, p. 264).

Para Nina Rodrigues o Brasil não precisava preocupar-se com sua viabilidade, enquanto uma nação formada por um povo mestiço. Apesar de sua convicção na inferioridade do negro, o autor gasta muitas páginas do livro, ao longo de seus artigos, demonstrando o valor cultural do negro que veio formar o Brasil. No primeiro capítulo, ele busca demonstrar a importância do estudo sobre o negro, enfatizando o quanto suas procedências e práticas culturais são ignoradas pelos estudiosos brasileiros. Baseia-se em estudos e documentos que demonstram a diversidade de povos africanos, demonstrando que em Pernambuco e Rio de Janeiro, congos e angolas prevaleceram, enquanto os sudaneses teriam sido dirigidos especialmente para a Bahia. Como exemplo, podemos citar as notícias que o autor nos traz sobre a importância da coroação do Rei do Congo em Pernambuco, enquanto essa prática não haveria se desenvolvido com a mesma força na Bahia.

O segundo capítulo é dedicado a elucidar as revoltas dos negros de origem maometana na Bahia, fazendo uma etnografia da Revolta dos Malês (1835), que é explicada a partir de fatores religiosos, cuja erudição e capacidade guerreira e de articulação forneceriam a base da organização da revolta. Nesse capítulo, ainda, o autor se preocupa em demonstrar a origem do nome Malê, originário da região de onde os escravos africanos da Bahia no século XIX teriam vindo. Mandês teriam precedido Haussas na vinda para o Brasil, herdando assim o nome dos primeiros, designados também pelo nome genérico de Yorubá. Realizando uma análise sobre a religião desses negros, ele rebate a crítica de incapacidade cultural que era feita ao negro, afirmando o alto grau de abstração e organização da religião muçulmana. A capacidade de acreditar em Deus único faz com que o autor estabeleça comparações com o catolicismo, considerado como religião superior.

Já no capítulo seguinte, Nina Rodrigues dedica-se ao Quilombo dos Palmares, mas retira qualquer elemento étnico ou de tentativa de reconstruir um modelo africano na existência do quilombo. Para ele, ao contrário, o quilombo dos Palmares reproduziu o sistema colonial vigente, inclusive com uma rígida hierarquia e duras punições aos desertores. Retira, assim, na sua preocupação com a cientificidade, qualquer elemento romântico em torno desse quilombo, para afirmar a reprodução do sistema vigente no Brasil. Importante dizer que, para o autor, devido à origem dos negros que o compunham, o quilombo do Palmares era, sobretudo, Banto.

O autor nos ensina muito, nos capítulos seguintes, sobre a diversidade dos povos africanos que chegaram ao Brasil durante séculos de escravidão, fornecendo inclusive um levantamento de famílias linguísticas, apresenta-nos quadros com diferentes termos em diversas línguas africanas e seus correspondentes em português. Apresenta-nos fotografias de esculturas de orixás, amuletos mulçumanos, entre outros considerados frutos de readaptações brasileiras. Chama atenção para o valor etnográfico dessas peças.

Analisando o que chama de festas populares e folclore, Nina Rodrigues refere-se a costumes transplantados que sobrevivem como reminiscências no Brasil, readaptados, ganhando feições locais. Afirma a persistência “.. do fetichismo africano nas exterioridades da conversão católica dos escravos, [que] deve conduzir-nos agora a investigar sob quais formas ou equivalentes psíquicos se manifesta aqui

Livro Conteúdo

a situação mental dos negros, da qual procede o totemismo” (NINA RODRIGUES, 1982, p.173). Assim, dedica-se a estabelecer ligações entre costumes totêmicos africanos e festas, contos, músicas populares no Brasil.

Mas é no capítulo VII que podemos identificar, de forma mais completa, as ideias que até hoje são matéria de discussão entre autores, que se debruçam sobre os estudos de religiosidade afro-brasileira. Nina Rodrigues acredita que “de todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros, ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram as práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil” (NINA RODRIGUES, 1982, p.214). Segundo o autor, as divindades mais internacionais iorubanas teriam prevalecido sobre aquelas mais nacionais e restritas, como as dos jejes, “e melhor ainda, à custa dos simples fetiches de tribos ou clãs dos tshis ou minas” (NINA RODRIGUES, 1982, p. 214-215).

Para ele, haveria uma estratificação psicológica manifesta na religiosidade dos africanos, gerando religiões inferiores e superiores, estando no topo o modelo Jêje-iorubano dos negros sudaneses. Assim, transposta ao Brasil, o autor nos apresenta um esquema de hierarquia religiosa, referindo-se especificamente à Bahia, no qual a mitologia Jêje-iorubana seria um dos estágios evolutivos intermediários entre o fetichismo africano e indígena e o monoteísmo católico:

1) Monoteísmo Católico (Estágio superior)	Compreendido por poucos, menos ainda sentido e praticado.
2) Idolatria Católica	Larga e espessa. Idolatria e mitologia dos “santos profissionais” que abrange “a massa da população”, como brancos mestiços e “negros mais inteligentes e cultos”.
3) Mitologia Jêje-iorubana	Equivalência entre santos católicos e orixás africanos.
4) Fetichismo estreito e inconvertido de africanos e índios (Estágio inferior)	Não há um pensamento abstrato

Nesse sentido, enquanto estágio intermediário e com capacidade de pensamento abstrato, a mitologia iorubana, que compreende as práticas Jêje e Nagô (sudaneses), seriam um modelo que se expandiu. Para o autor, as demais práticas afro-religiosas no Brasil, teriam surgido do modelo Nagô.

Angolas, guruncis, minas, haussás, etc., que conservam as suas divindades africanas, da mesma sorte que os negros crioulos, mulatos e caboclos fetichistas, possuem todos, à moda dos nagôs, terreiros e candomblés em que as suas divindades ou fetiches particulares recebem, ao lado dos orixás iorubanos e dos santos católicos um culto externo mais ou menos copiado das práticas nagôs (NINA RODRIGUES, 1982, p. 216).

Essa hierarquia reverbera na generalização de uma inferioridade Banto, enquanto a mitologia Nagô revelaria uma tendência à elevação e aperfeiçoamento. Esse argumento também se refere às ideias apresentadas no capítulo VIII, onde, ao discutir o “valor” dos negros que colonizaram o Brasil e de seus descendentes, ele volta a afirmar a superioridade dos negros sudaneses e a inferioridade dos bantos.

O último capítulo do livro “Os Africanos no Brasil” volta-se para a questão da capacidade mental

do negro. Nina Rodrigues defendia que o negro deveria gozar de uma condição especial enquanto cidadão, uma vez que não eram completamente capazes de dominar os códigos sociais da sociedade branca. O autor analisou crimes praticados por negros, chegando à conclusão de que os atos considerados criminosos eram, na verdade, uma sobrevivência psíquica na estrutura mental dos negros no Brasil do costume do Talião.

A partir do olhar sobre os artigos reunidos em “Os Africanos no Brasil”, é possível observar que as preocupações centrais do autor estão fortemente pautadas nas ideias raciais de sua época. Entretanto, apesar de seu olhar sobre o negro estar enquadrado nesses limites teóricos, Nina Rodrigues revela sutilezas das manifestações culturais dos negros que outros autores não conseguiram perceber. Algumas questões levantadas por ele foram importantes para o desenvolvimento posterior da Antropologia no Brasil, trazendo problemáticas culturais sobre os povos negros, que foram aprofundadas pelas gerações seguintes.

Em 1926 os livros de Nina Rodrigues foram reeditados, devido, principalmente, ao empenho de Arthur Ramos, alagoano que estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e se fixou academicamente no Rio de Janeiro (Ver DIEGUES JR. s/d; SILVA, 2008). Arthur Ramos destacou-se no estudo das religiões afro-brasileiras, tomando para si o papel de continuador dos estudos iniciados por Nina Rodrigues, de quem tinha sido aluno, realizando avanços consideráveis em relação às ideias de seu mestre. Enquanto o primeiro baseou suas interpretações no paradigma racial, Artur Ramos, a partir da Antropologia cultural, abriu de vez o campo para o estudo antropológico da religiosidade afro-brasileira.



Para examinar

Estudos e Pesquisas

O texto de **Júlio César Melatti**, “Antropologia no Brasil: um roteiro” constitui-se num importante levantamento que focaliza a construção da etnologia no Brasil desde os primórdios até o início da década de 1980, quando ele foi escrito. É uma leitura fundamental para a compreensão panorâmica da disciplina antropológica brasileira. O artigo encontra-se disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>

O trabalho de **Lília Schwarcz**, “O espetáculo das raças”, dedica-se à compreensão das primeiras interpretações pensadas no Brasil sobre a questão racial e a miscigenação brasileira. Há várias resenhas que apresentam o livro, publicadas em revistas eletrônicas. Destaco a resenha produzida por **Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos** (1994), disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a17vã01n1.pdfalho>

Há muitos trabalhos publicados sobre Nina Rodrigues, **Mariza Correia** (2006) chama atenção para as contribuições do autor, sem deixar de situar suas limitações, e aponta para aspectos de sua obra que ainda permanecem pouco exploradas na atualidade. O artigo está disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>



Exercícios de aprendizagem

a) No primeiro tópico dessa unidade, vimos que os primeiros relatos e, posteriormente, os estudos científicos realizados no Brasil foram feitos geralmente por estrangeiros, vinculados aos interesses colonizadores. Pesquise e produza um texto (uma lauda) sobre as Expedições Científicas realizadas no Brasil durante o século XIX. Recomendo a pesquisa no site <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=289> do Instituto Oswaldo Cruz e em textos disponíveis em Scielo – Scientific Electronic Library Online.

b) O texto abaixo foi produzido por Sílvio Romero, um dos primeiros autores a chamar atenção sobre a importância do estudo do negro no Brasil:

“É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África, somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça” (ROMERO, 1888 In NINA RODRIGUES, 1982).

O apelo de Sílvio Romero foi entendido por Nina Rodrigues e desenvolvido em seus trabalhos. No livro “Os Africanos no Brasil”, esse texto foi utilizado como epígrafe. Buscando relacionar com o texto acima, escreva sobre a contribuição de Nina Rodrigues para o estudo sobre o negro na sociedade brasileira.

2

Unidade:

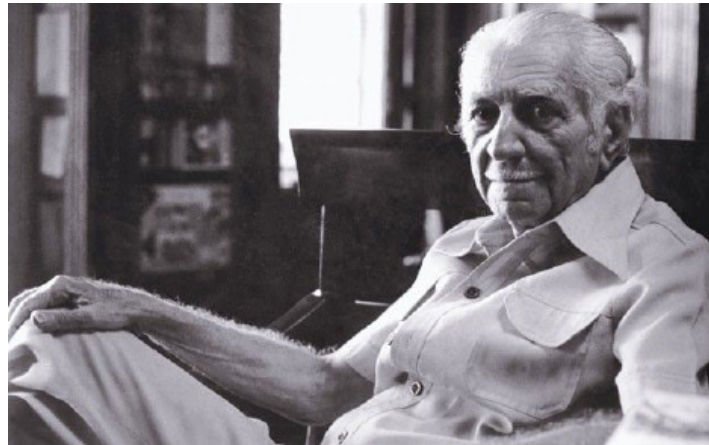
**A IDENTIDADE
BRASILEIRA EM
CASA-GRANDE & SENZALA**

Figura 5 - Gilberto Freyre (1900-1987)

Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2012/02/gilberto-freyre-o-mestre-de-apipucos.html>

Nessa unidade abordaremos a obra *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, considerando a importância desse autor na consolidação da ciência social no Brasil.

Gilberto Freyre (1900-1987) provocou uma reviravolta nos estudos que buscavam compreender o Brasil enquanto uma nação miscigenada. Bacharel pela Universidade Baylor e estudando em período posterior na Universidade de Columbia, Gilberto Freyre foi influenciado pela teoria culturalista de Franz Boas, mudando os rumos do pensar sobre o país com a publicação de “Casa - Grande e Senzala” em 1933. São palavras suas, no “Prefácio à primeira edição” dessa obra,

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (FREYRE, 2013, p.31).

Passado o impacto que a abolição da escravatura imprimiu na Ciência Social brasileira nascente, **desloca-se o foco da raça para a cultura**, iniciando-se o período seguinte onde autores como Gilberto Freyre fundam uma nova interpretação do Brasil, a partir de uma visão otimista sobre a identidade brasileira. O autor situa a mudança paradigmática que sua obra trouxe à Ciência Social no Brasil do período com a seguinte afirmativa,

Foi o estudo da antropologia sob orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços da raça, os efeitos do am-

biente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano desse ensaio (FREYRE, 2013, p. 32).

Com um estilo ensaístico, uma escrita aproximada ao falar, rico em iconografia, o livro atinge um público mais amplo, não ficando restrito ao círculo acadêmico e político da época. Seu trabalho foi exaltado e a representação do povo brasileiro em “Casa - Grande e Senzala” passa a ser considerada símbolo da identidade nacional.

O final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX são marcados pela discussão sobre a viabilidade da nação e o papel do mestiço no contexto de transição do império e consolidação da república.

Caberia à geração de Gilberto Freyre a desmistificação da ideia de um Brasil degenerado pela mestiçagem. Segundo Antônio Cândido, “era justamente um intuito anticonvencional que nos parecia animar a composição libérrima de Casa-grande e Senzala, com a sua franqueza no tratamento da vida sexual do patriarcalismo e a importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo” (Cândido, 1971, p.11). E como testemunho de sua geração, Cândido afirma,

O jovem leitor não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como numa improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vistas totalmente novos no Brasil de então (CÂNDIDO, 1971, p. 11-12).

Para Antônio Cândido, Casa-Grande e Senzala é livro ponte entre “o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade”, citando, entre estes, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e, ainda, Oliveira Viana, e “os pontos de vista mais especificamente sociológicos” impostos a partir da década de 1940.

O livro está dividido em cinco capítulos: 1) Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; 2) O indígena na formação da família brasileira; 3) O colonizador português: antecedentes e predisposições; 4) O escravo na vida sexual e de família do brasileiro; 5) O escravo na vida sexual e de família do brasileiro (continuação).



Figura 6: Casa Grande e Senzala, Gilberto Freire, 1933. 25a edição. Desenho de Cícero Dias
Disponível em: <http://cargocollective.com/jonathasdeandrade/museu-do-homem-do-nordeste>

Segundo Gilberto Freyre, quando a organização colonial, a partir de 1532, se assentou na economia canavieira, Portugal já possuía um histórico de contato secular com os trópicos, a partir de sua experiência com a Índia e as feitorias africanas. Esse seria um dos fatores da boa adaptação, ou, em suas palavras, da “**aclimatabilidade**” portuguesa no Brasil. Entretanto, a colonização brasileira, realizada em bases mais sólidas através da monocultura da cana-de-açúcar, reservou singularidades ao povo que aqui se formava.

Gilberto Freyre descreve a estrutura da colonização portuguesa no Brasil: “a base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor” (FREYRE, 2013, p.65).

Segundo o autor, na sociedade que se formava, **a raça não foi o critério predominante de diferenciação social**. O colonizador possuía um longo histórico de contato com povos negros, sendo já um híbrido de europeu e africano. Para essa interpretação, a raça cede lugar para a religião e Gilberto Freyre procura demonstrar o quanto a conversão ao cristianismo católico servia como critério de incorporação à sociedade portuguesa. Assim, somente os cristãos católicos podiam adquirir sesmarias no Brasil.

Por causa do modelo de colonização portuguesa que adotou a distribuição das sesmarias aos colonos, decorreu no Brasil a implantação do latifúndio monocultor. Da monocultura, decorreu a má alimentação. A terra era somente da cana de açúcar, principalmente no Nordeste onde o seu cultivo se generalizou.

Essa constatação foi importante na medida em que Gilberto Freyre combate um dos principais mitos que vinha sendo construído pela Ciência Social brasileira, a ideia de que o povo brasileiro, devido à miscigenação, era degenerado. Segundo o autor, não era à raça, ou ao clima a que a degeneração do povo brasileiro deveria ser atribuída, mas à má alimentação e às doenças como verminoses e a sífilis.

Segundo o autor, “à vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sifilização” (FREYRE, 2013, p.110). Trazida, sobretudo, pelo colonizador português, a sífilis fez parte da colonização brasileira de forma generalizada, do português para as mulheres indígenas, da casa-grande para a senzala. A análise do povoamento colonial, ou nas palavras do autor, a “atividade genésica” do colonizador é um dos principais pontos de análise em Casa-grande & Senzala, uma vez que se assentaria aí a base da miscigenação brasileira.

São duas as principais teses apresentadas por Gilberto Freyre sobre o Português: era móvel o colonizador e não possuía critérios rígidos de diferenciação racial. Assim, junto com o comércio do pau-brasil, o que o português primeiro cuidou em fazer em suas novas posses tropicais foram os filhos. A miscigenação como projeto colonizador foi a responsável pelo grande êxito logrado por Portugal. E a família patriarcal, que muitas vezes era mestiça, tendo o senhor latifundiário e escravocrata à sua frente, foi a principal instituição colonial.

O **patriarcalismo** é um conceito descritivo, desenvolvido por Gilberto Freyre, que se refere à centralidade do senhor de engenho na sociedade colonial (BASTOS, 2009). Dele era a terra, os escravos, a lei e a ordem. Segundo Bastos, “para Gilberto Freyre, é ancorada na senzala que a casa-grande ganha força social, o que permitirá ao patriarcalismo o triunfo face ao Estado e à Igreja” (BASTOS, 1985, p.53).

O Brasil, como local de encontro das três raças, fundamentado numa sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata, formou-se como um país cheio de antagonismos culturais e econômicos derivados da interação entre as três matrizes étnicas, a indígena, a portuguesa e a africana. Mas a esses antagonismos existiram sempre elementos mediadores que

...Amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, [forneceram] condições de confraternização e de mobilidade social ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso

a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade à estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país (FREYRE, 2013).

Esse é o espírito de “Casa-grande e Senzala”, o pensar sobre as raízes em que a cultura brasileira está assentada, sobre as formas culturais propriamente brasileiras. É na miscigenação que Gilberto Freyre encontra as respostas. O Autor apresenta-nos contradições, violências ocorridas na sociedade desigual da colônia, mas busca sempre uma interpretação geral que se volta mais para a unidade nacional e os pontos de harmonização dentre o povo brasileiro.

Para Gilberto Freyre, o colonizador é acima de tudo um aventureiro, com espírito semita e sangue mestiço. O português que colonizou o Brasil não foi principalmente o degredado, também não foram as famílias portuguesas dotadas com rígida moral e fechadas em si mesmas. O principal colonizador foi o homem branco que teria chegado a essas terras em busca de riquezas fáceis, como obtiveram com as especiarias indianas, e de mulheres.

As mulheres indígenas são vistas, sobretudo, como geradoras de filhos mestiços que povoaram o Brasil e desbravaram o interior na figura dos bandeirantes. Para Gilberto Freyre, devido à escassez da mulher branca, a mulher indígena foi incorporada à sociedade nascente, enquanto o homem indígena, devido à sua falta de adaptabilidade ao sistema de trabalho implantado pelo português não desempenhou papel tão significativo.

A passagem do nomadismo para a sedetriedade seria a explicação para o fracasso da escravização do indígena, deixando o índio à margem. Assim, a mulher teria sido o principal agente de difusão cultural indígena entre nós. A cultura indígena é percebida como em fase ainda infantil, contrastada à do europeu e à do africano. Segundo Freyre,

...Não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade [a do português] com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 2013, p. 158).

Na visão do autor, aos colonos portugueses “... se deve, na verdade, a coragem de iniciativa, a firmeza de ânimo, a capacidade de organização que presidiram o estabelecimento, no Brasil, de uma grande colônia de plantação” (FREYRE, 2013, p.324). É principalmente à análise desse *ethos* português que se dedica o autor, apesar de levar em consideração as condições materiais tanto demográficas como econômicas impostas pela forma de colonização desenvolvida no Brasil (MOTTA, 1973). No exame desse *ethos* português em condições de colonização, Gilberto Freyre lança o conceito de **Lusotropicologia**, que consiste

...No estudo sistemático do processo de integração dos portugueses e de seus continuadores em ambiente tropical... Os portugueses realizaram seu trabalho de colonização nas circunstâncias mais adversas, mas foram os primeiros dos colonizadores europeus a criarem, nos próprios trópicos, uma base permanente de produção econômica. Onde outros europeus fracassaram, os portugueses – que de resto Gilberto Freyre, em muitos casos, encara com forte espírito crítico – conseguiram estabelecer os fundamentos de uma civilização tropical de importância universal (HERMANN, 1965, p.191).

Gilberto Freyre dedica-se também a demonstrar, em “Casa-grande e Senzala”, a influência do

negro no cotidiano da sociedade colonial, “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 2013, p.367).

Entretanto, em muitas passagens fica evidente o ponto de vista “da casa-grande” assumido por Gilberto Freyre ao se referir a essa influência (RIBEIRO, 2006, p.259). Segundo Darcy Ribeiro, “da casa-grande, com a figura do senhor, da sinhá, das sinhazinhas e suas mucamas, temos descrições as mais expressivas e nostálgicas de uma antropologia que sempre focalizou o engenho através dos olhos do dono” (Idem).

Porém, o fato é que Gilberto Freyre reconhece de forma inédita a importância do negro em nossa formação, considerando-a, no litoral agrário, maior “que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português” (FREYRE, 2013, p.368). O próprio autor situa essa sua ideia como “extravagante para os meios ortodoxos e oficiais do Brasil”, apontando a superioridade do negro “em vários aspectos da cultura material e moral” (Idem).

Assim, critica estudos de antropologia física que buscaram explicar através da biologia uma suposta inferioridade do negro. Gilberto Freyre não pretere, de todo, as explicações dessa antropologia. Para ele, “não se negam diferenças mentais entre negros e brancos” (FREYRE, 2013, p. 380), mas retira o caráter determinante de superioridade racial que essas teorias apontavam. Nesse sentido o autor questionava, “mas até que ponto essas diferenças representam aptidões inatas ou especializações devidas ao ambiente ou às circunstâncias econômicas de cultura é problema difícil de apurar” (Idem).

A novidade de sua teoria para o período em que surge é que, para ele, negros e brancos não estavam fadados a ocuparem lugares diferentes na hierarquia social devido a condições raciais, mais ocupavam, efetivamente, devido à formação colonial desigual que teria reservado ao negro condições subalternas e desumanas de existência no Brasil.

Para Gilberto Freyre, o negro exerceu um papel fundamental, não somente enquanto força de trabalho. Segundo o autor,

Os escravos vindos de áreas mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e ,quase que se pode acrescentar, nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios e, sob certo sentido, os portugueses, a mão esquerda (FREYRE, 2013, p.390).

Essa novidade é uma das principais contribuições do autor à Ciência Social brasileira. Entretanto, o pensamento de Gilberto Freyre traz uma complexidade que só pode ser entendida quando situada em seu próprio tempo. A teoria que permeia toda sua obra preocupa-se em explicar a convivência entre as três raças, destacando e valorizando o negro na formação da sociedade brasileira, mas sempre sob ação do ethos português, de uma colonização “mole”, que teria permitido afetos entre senhores e escravos, mas sem excluir perversidades.

Segundo Roberto Motta,

Para Gilberto Freyre, a escravidão no Brasil se caracterizou pela ausência de uma concepção apenas instrumental ou simplesmente econômica no contacto entre brancos e negros. O ethos português, pelo menos nesse aspecto, parece ter se conservado próximo da visão medieval da cristandade constituída por homens de todas as etnias, basicamente iguais, desde que igualmente batizados. Sem que isso - e a história concreta dos povos se move entre contradições - excluísse desigualdades sociais ou a exploração

econômica de gente de uma raça por gente da mesma raça ou de outra. Mas desigualdades e explorações atenuadas, embora não eliminadas, pelo sentimento da igualdade básica (MOTTA, 1973, pp.243-244).

Para Gilberto Freyre a miscigenação brasileira se originou de uma relação de dominação, entre colonizadores e mulheres indígenas, entre o senhor de engenho e a negra escravizada. Uma relação de contrários, mas, que, na obra *Casa-grande & Senzala*, parecem ser complementares na estrutura patriarcal. O patriarcalismo carregaria essa contradição fundada no autoritarismo e no afeto. É dessa relação extrema que descendem os brasileiros na perspectiva de Gilberto Freyre. Duramente criticadas a partir dos anos 1950, as interpretações realizadas por esse autor em suas obras ainda hoje são matéria de discussão, dividindo críticas e influenciando novas análises.



Para examinar

Estudos e Pesquisas:

O livro “Introdução ao Brasil: um banquete no trópico”, organizado por **Lourenço Dantas Mota** (1999), é uma coletânea de resenhas de obras importantes para o pensamento social brasileiro, realizadas por especialistas. A reunião dessas resenhas em um livro oferece um panorama geral da formação brasileira, a partir de diferentes pontos de vistas e teorias, entre as quais figuram, nas obras resenhadas, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, entre outras obras fundamentais para as Ciências Sociais no Brasil.

A conferência de abertura do 2º Congresso de Psicanálise, intitulado “A causa freudiana do Brasil”, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1985, foi realizada por **Gilberto Freyre**. O título da conferência é “O que é o Brasil?” e está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=90gPnt9rtqc>.

Na palestra “Gilberto Freyre e o tema da miscigenação”, de **Elide Rugai Bastos**, uma das especialistas na obra gilbertiana no Brasil, a autora analisa a elaboração do mito da democracia racial em Gilberto Freyre, as implicações políticas da teoria do autor e sua contribuição para a consolidação da Ciência Social Brasileira. A palestra está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uy0kou2C-caY>. A palestra ajuda a fixar as temáticas trabalhadas nessa unidade, ampliando-as, podendo servir de base para a discussão que será abordada na unidade 4, onde desenvolveremos críticas à interpretação do Brasil proposta nos anos 1930.



Exercício

Exercícios de Aprendizagem:

1) O quadro abaixo é uma reprodução da obra de Carybé, de 1980, intitulada “A Mulata Grande”, utilizada na edição especial número 100, da Revista de História da Biblioteca Nacional (Janeiro, 2014), disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-imagem-da-capa-5>. Na revista há um texto de Marcelo Campos, professor do Instituto de Artes da UERJ, sobre a imagem da capa. No segundo parágrafo, o autor observa:



Figura 7 – Mulata Grande, Carybé, 1980.

Disponível em: <http://brasilarteseniciclopedias.com.br/nacional/carybe04.htm>

“*Mulata Grande*, pintura produzida pelo argentino Carybé, naturalizado brasileiro, ou melhor, baiano, teve mais de uma versão. Em todas Carybé seguia uma narração, destacando os fatos corriqueiros como advenços do memorável. Na versão de 1980, capa desta edição comemorativa, o que importa é o povo, tal qual afirma Jorge Amado. Vemos a mulata, conceito importante para o elogio da mestiçagem dos anos 1930, ladeada e invadida por orixás, santos católicos, marinheiros, prostitutas, capoeiristas, mercadores. A mulata agiganta-se sestrosa, na pintura, ajeita o coque do cabelo, esbanja charme e malemolência (CAMPOS, 2014)

Dialogando com a imagem apresentada acima e com o texto de Marcelo Campos, explique a mudança paradigmática no olhar sobre a mestiçagem inaugurada em Casa-grande & Senzala.

**A CIÊNCIA SOCIAL
BRASILEIRA A PARTIR DE
1930**

Nessa unidade deveremos compreender a importância da década de 1930 para a formação da Ciência Social brasileira, observando a contribuição de autores que, juntamente com Gilberto Freyre, realizaram novas interpretações sobre o Brasil, ajudando a formar um pensamento sobre o povo brasileiro que, ainda hoje, tem fornecido material para discussões sobre a temática.

Dividindo a unidade 3 em duas partes, abordaremos:

- 1) A obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, considerada, juntamente com *Casa-grande & Senzala*, uma das obras mestras da Ciência Social brasileira e que, para a disciplina antropológica, destaca-se pela utilização de uma explicação psicocultural da sociedade brasileira. Buscaremos elucidar seus principais pontos de reflexões e conceitos;
- 2) Ampliaremos o olhar sobre esse período realizando um passeio sobre visão de autores que escreveram mais recentemente sobre a importância de tais obras, tais como Cândido (1971), Carlos Guilherme Mota (1986) e Octavio Ianni (2002).

3.1. Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil



Figura 8 – Sérgio Buarque de Holanda

Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_jeitinho_do_homem_cordial.html

A publicação de *Raízes do Brasil* ocorreu em 1936 no primeiro volume da “Coleção Documentos Brasileiros”, dirigida por Gilberto Freyre. O texto original foi revisto e ampliado pelo autor em 1948. Sérgio Buarque de Holanda bacharelou-se em direito pela Universidade do Brasil em 1925, atuou como jornalista e participou do movimento modernista. Em 1956 assumiu a cátedra de História do Brasil na USP quando já era autor reconhecido dentro e fora do país.

Em *Raízes do Brasil*, analisando em profundidade o passado, mas sem saudosismo, Sérgio Buar-

que procura lançar luzes sobre nossa história, sempre obscurecida pelos interesses políticos e pessoais das elites e, com isso, aponta para possibilidades de um futuro de rompimento com essas forças.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, procurou desmistificar certos traços da cultura brasileira. Segundo o autor, essa cultura sempre priorizou as grandes personalidades e seus arroubos tempestuosos em detrimento das leis e da organização de um Estado impessoal.

Mais tarde, o antropólogo Roberto da Matta, em “Carnaval, Malandros e Heróis”, publicado em 1978, ao voltar ao tema do “jeitinho brasileiro”, temática iniciada por Sérgio Buarque de Holanda, nos trás a esclarecedora passagem:

[...] Sempre me impressionou a conjunção de um povo tão achatado junto a um sistema de relações pessoais tão preocupado com personalidades e sentimentos; uma multidão tão sem face e sem voz, junto a uma elite tão rouca de gritar por suas prerrogativas e direitos; uma intelectualidade tão preocupada com o coração do Brasil e, no entanto, tão voltada para o último livro francês; uma criadagem que passa tão despercebida e padrões tão egocêntricos; uma sociedade, enfim, tão rica em leis e decretos nacionais, mas que espera por seu D. Sebastião, o velho e ibérico pai de todos os renunciadores e messias” (MATTA, 1983, p. 14).

Para Sérgio Buarque de Holanda, conhecer o passado e a herança que a colonização portuguesa imprimiu na estrutura moral do país é fundamental para pensarmos em mudanças verdadeiras. *Raízes do Brasil*, um livro conciso, quando comparado ao “*Casa-grande e Senzala*” de Gilberto Freyre, apresenta uma densa argumentação sobre nossa história e forma de ser.

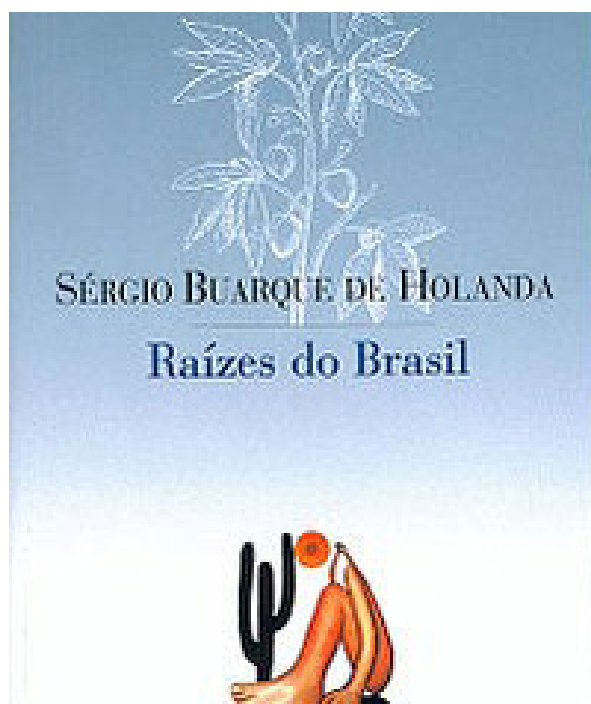


Figura 9: *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, de 1936. Companhia das Letras, edição comemorativa 70 anos (2006). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ra%C3%ADzes_do_Brasil

Raízes do Brasil é uma obra que se situa nas fronteiras da História, Etnologia, Psicologia Social e Sociologia. O livro se dedica ao estudo da estrutura moral do Brasil. Pioneiramente, é influenciado em sua análise pela tipologia weberiana. Dividido em sete capítulos, cujos títulos nos permitem, didática-

mente, fixar os conceitos desenvolvidos pelo autor, a moral da formação brasileira é apresentada.

Para Antônio Cândido,

Raízes do Brasil é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana. Em vários níveis e tipos do real, nós vemos o pensamento do autor se constituir pela exploração de conceitos polares [...]. Neste processo, Sérgio Buarque de Holanda aproveita o critério tipológico de Max Weber; mas modificando-o, na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo, para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando, principalmente, a sua interação no processo histórico (CÂNDIDO, 1971, p.14).

No primeiro capítulo, Fronteiras da Europa, Sérgio Buarque escreve sobre a colonização ibérica. Inglaterra, Portugal e Espanha são classificados como “territórios-ponte” através dos quais “a Europa se comunica com os outros mundos”, devido ao caráter desbravador que ingleses, portugueses e espanhóis assumiram em suas trajetórias (HOLANDA, 1971, p. 3).

Nesses países, o “europeísmo” se apresentaria “menos carregado” que nos demais países europeus, estes últimos mais centrados na própria Europa. Entretanto esse europeísmo foi utilizado sempre que necessário enquanto **patrimônio** acionado além-mar, no papel civilizador que esses países adotaram (Idem).

Segundo o autor, Portugal e Espanha ingressaram no “côro europeu” somente após o início das grandes navegações e desenvolveram, de forma singular, uma **cultura da personalidade**. Esta consiste na “importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos seus semelhantes no tempo e no espaço”, advindo daí a originalidade das nações espanhola e portuguesa (HOLANDA, 1971, p.4).

Assim, a península ibérica seria marcada por traços que lhe deram especificidades, que, conforme Antônio Cândido, “é o caso do tradicional personalismo, de que provém a frouxidão das instituições e a falta de coesão social” (CÂNDIDO, 1971, p.15). O personalismo seria uma forte característica das relações desenvolvidas na península ibérica e transpostas à América, com a exaltação da pessoa, as qualidades individuais são enfatizadas em detrimento do coletivo, do impessoal. Ou, nas palavras de Sérgio Buarque, “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, 1971, p.4). Assim, os privilégios hereditários não teriam a mesma influência nos países ibéricos que naqueles onde o feudalismo marcou mais profundamente suas instituições.

Para Sérgio Buarque, “à frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil” (op. cit. p.5). Entretanto, como o revés da moeda, o autor nos apresenta o autoritarismo como o par complementar do personalismo, fornecendo um contexto propício para o desenvolvimento de ditaduras.

Em vez de instituições impessoais, com regras claras e rígidas, a personalidade de uma liderança muitas vezes autoritária e centralizadora encontra espaço para desenvolver-se nessas sociedades. Segundo o autor, nelas “a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares” (op. cit. p.11). Essas características teriam marcado tão profundamente a nós que, “podemos dizer que de lá veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (Idem).

Distinguindo as raízes ibéricas, na qual se enquadram Portugal, Espanha e suas antigas ex-colônias, das raízes europeias, podemos traçar um quadro com características marcadas pelo autor:

Raízes Ibéricas	Europa
Personalismo	Hereditariedade
Miscigenação	Exclusivismo racial
Estrutura social frouxa	Hierarquia organizada
Autoritarismo	Leis e regras impessoais

No capítulo dois, Trabalho e Aventura, Sérgio Buarque apresenta dois tipos possíveis de colonizador, o aventureiro e o trabalhador, que não teriam existência real fora das ideias. Ao primeiro caberiam os grandes empreendimentos e de rápido retorno, enquanto ao segundo, um esforço apagado com recompensa em longo prazo. Para Sérgio Buarque, o segundo tipo não foi expressivo entre nós.

O Brasil seria herdeiro do **espírito aventureiro** que despreza o esforço, mas se vangloria das conquistas fáceis. A economia açucareira seria ainda uma expressão desse espírito. Facilmente adaptável à ecologia nativa, exigindo pouco investimento tecnológico e assentada no trabalho alheio, o do escravo, de grande produtividade e lucro fácil. O desenvolvimento dessa cultura agrícola conformou-se bem ao projeto colonizador português.

Para a realização desse empreendimento, que projetou o Brasil no cenário mundial desde muito cedo, foi necessária a existência de um espírito adaptável às condições locais. Utilizando a ocupação holandesa como contraposição ao tipo de colonização portuguesa, o autor argumenta que a Holanda não teria demonstrado essa aptidão em sua ocupação no Brasil, não obtendo sucesso na realização de uma colônia agrária, sendo uma ocupação predominantemente urbana. Entretanto, o espírito português foi favorável a esse “abandono”, para utilizar a expressão do autor, do colonizador à terra. O abandono de entregar-se à terra sem querer modificá-la profundamente e organizá-la segundo uma estética e uma funcionalidade a ela alheia.

A falta de “**exclusivismo racista**”, com a miscigenação e a inclusão de figuras do povo aos ofícios e cargos dos dominadores, a possibilidade de ascendência dessas figuras, mulato ou mameluco, ao mesmo tempo em que se incorporavam costumes e técnicas dos indígenas e dos escravos, fizeram parte dessa adaptabilidade que garantiu à colonização portuguesa segurança e estabilidade. A “**moral das senzalas**”, assentada na figura personalista do senhor de engenho, dono de tudo e autoridade violenta, mas que também permitia uma ligação passional, afetiva, entre dominantes e dominados estaria relacionada à vida social brasileira como um todo.

O capítulo seguinte, Herança Rural, é desenvolvido a partir da dicotomia rural-urbano. A imagem das cidades esvaziadas, local de visitação, desenvolvimento de certas atividades comerciais e políticas contrasta com a da fazenda, densamente povoada pela família do senhor de engenho, seus agregados e escravos, local de intensa atividade produtiva, onde imperava a moral personalista.

Com grande predomínio durante o período colonial, o ruralismo só veio perder espaço com o fim do sistema escravista. Antes disso, tudo movia-se em função do rural, porém, “a regra em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a propriedade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola” (*op. cit.* P. 57).

No Brasil, entretanto, nunca houve, durante o período colonial, uma elite urbana autônoma, uma vez que, até mesmo os cargos mais elevados nas cidades eram ocupados pelos senhores de engenho, que nelas possuíam casas, mas não residiam. Enquanto isso, ao se referir à organização social no meio rural, o autor afirma,

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na Península Ibérica através de inúmeras ge-

rações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Êsse núcleo bem característico, em tudo se comporta como em seu modelo da antiguidade, em que a própria palavra 'família', derivada de *famulus*, acha-se estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (Op. Cit. p. 49).

Essa família, na qual a noção de pessoa está relacionada com a posição que o indivíduo ocupa em relação ao patriarca, o líder, é - o autor o demonstra- autossuficiente em sua organização social e econômica. Sérgio Buarque de Holanda utilizou-se dos comentários de Frei Vicente de Salvador sobre uma anedota que ilustra a centralidade e a autonomia de que gozavam os proprietários de terras durante o Brasil colonial, sobre

"... Um certo bispo de Tucumã, da Ordem de São Domingos, que por aqui passou em demanda da Côrte dos Filipes. [...] Êsse prelado notou que, quando mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam dessas coisas na praça, nem no açougue, e que, quando as pedia às casas particulares, logo lhas mandavam. 'Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o toda casa" (SALVADOR, s/d, p. 16 apud HOLANDA, 1971, pp.48-49).

Somente com a vinda da Família Real ao Brasil em 1808 e, mais tarde, com a independência, o movimento para a cidade ganha mais força. Entretanto, esse "predomínio esmagador do ruralismo" não é encarado pelo autor como uma imposição do meio, mas antes como "um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores" (*op. cit.* p.60).

No quarto capítulo, O sementeiro e o ladrilhador, o autor reforça os argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores, do espírito aventureiro, do abandono à terra pelo colonizador português e do predomínio da vida rural no Brasil. Entretanto, Sérgio Buarque tem o cuidado em diferenciar agora o tipo de colonização espanhola e portuguesa, apresentando as especificidade dessas raízes que, até então, vinham sendo tratadas genericamente como Ibéricas.

O sementeiro, correspondendo ao tipo ideal do colonizador português, o ladrilhador ao espanhol. O sementeiro é aquele que joga semente na terra, colhe seus frutos e vive sem maiores pretensões, adaptado a ela. O ladrilhador, ao contrário, investe esforço e tempo em modificar, adaptar a terra a si, ao seu empreendimento. Preza pela organização do ambiente segundo critérios estéticos aos quais busca moldar a terra.

Segundo o autor, Castela buscou reproduzir na América a estética e organização de suas cidades, realizando uma colonização interiorana, buscando os planaltos onde o clima fosse mais próximo ao do reino. Contrastando com esse modelo, Portugal realizou uma colonização litorânea, a fim de resguardar e garantir o domínio das margens e fronteiras da colônia. Sem buscar reproduzir um novo Portugal no Brasil, os colonizadores buscaram sempre tirar proveito em benefício do reino, não se preocupando com o desenvolvimento da colônia. Entretanto, os portugueses teriam conseguido uma unidade, no Brasil, jamais alcançada pelos castelhanos em seus domínios.

Essa unidade deveu-se, em parte, à relação entre portugueses e indígenas. Os primeiros cuidaram em incorporar ou em ser pelos segundos incorporados a suas sociedades, confundido-se com elas e modificando-as aos seus interesses. Como exemplo desse acomodamento, Sérgio Buarque explica que o tupi foi a língua falada nas residências, constituídas muitas vezes por homens portugueses e mulheres

indígenas ou descendentes de indígenas. Assim, o autor nos apresenta um rico material que demonstra a importância do tupi na vida cotidiana do Brasil colonial.

No capítulo V, O homem cordial, Sérgio Buarque fala sobre a aversão do brasileiro às relações impessoais. Essa é, pois, a base de formação do homem cordial. O autor, nesse capítulo, trata dos aspectos que nos são peculiares e que, apesar de terem raízes na estrutura social e moral do colonizador português, configura-se aqui de forma singular.

Nesse sentido, a cordialidade seria a característica brasileira que se destaca no convívio social, buscando suprimir distâncias hierárquicas, leis e regras impessoais, formalismos religiosos, procurando o estabelecimento de relações de cunho afetivo com outros brasileiros ou estrangeiros, com empregados ou patrões, com os santos e o menino Jesus, o homem cordial não é, porém, essencialmente bondoso.

Tomando a expressão do poeta Ribeiro Couto, que a empregou pela primeira vez, Sérgio Buarque oferece uma interpretação própria sobre o homem cordial, com refinamento sociológico, argumentando que

[...] essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (*Op. Cit.*, p. 107).

Essa cordialidade reserva ao brasileiro uma “aptidão para o social” que, para o autor, não se confunde, aliás, “está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva” (*Op. Cit.*, p. 113).

Alargando essa análise para intelectualidade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda aponta para a utilização de doutrinas e princípios muitas vezes contraditórios, mas que se presta a um exibicionismo que tem em si mesmo única finalidade (CÂNDIDO, 1971, p.19). Para essa intelectualidade, interessaria mais acomodar ideias para ostentar um saber de aparências ou que não ultrapassasse sua defesa para além do plano retórico, enquanto a prática poderia ser marcada pelo seu oposto. Exemplos disso, o sucesso das doutrinas positivistas no Brasil que traziam dogmas facilmente ajustáveis a ideias sociais existentes e o liberalismo importado por uma elite rural que cuidou de adaptá-lo aos seus interesses, fazendo com que a democracia no Brasil tenha sido sempre, nas palavras do autor, “um lamentável mal-entendido” (*Op. Cit.*, p. 119).

Entretanto, Sérgio Buarque aponta para a transformação nas estruturas sociais brasileiras quando, em 1888, ocorreu a abolição da escravidão, derrubando o principal sustentáculo da sociedade tradicional. Modificando-a profundamente, instala-se um novo momento mais voltado para o urbano.

No último capítulo de *Raízes do Brasil*, a nossa revolução, o autor desenrola essa análise, demonstrando que a abolição foi um marco para um acontecimento maior. Este se refere ao necessário “[...] aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério” (*Op. Cit.*, p.127).

Mas Sérgio Buarque chama atenção para o fato desta transformação realizar-se em passos lentos, uma vez que, nessa passagem, nunca houve uma ruptura de fato com esse passado agrário. O autor argumenta que iberismo e agrarismo se confundem e que a passagem para o mundo urbano carregou consigo aspectos que marcavam o rural. A república trouxe do império traços que lhe eram característicos, dando continuidade, até onde foi possível, à tradicional mistura entre o público e o privado.

O autor promove, nesse capítulo final, uma discussão sobre as ideologias vigentes no período em que escreve, chamando atenção para o fato de que a democracia somente poderá assumir uma feição

mais plena de sentido na sociedade brasileira quando a dicotomia entre liberalismo e caudilhismo for ultrapassada.

Assim, o autor afirma limitações das doutrinas integralistas vigentes na época e aponta para o fato de, em nossa sociedade, haver também aspectos que não a tornam incompatíveis com o espírito democrático, tais como:

- 1) Repulsa por uma organização social que se tornasse “obstáculo grave à autonomia do indivíduo”;
- 2) A falta de uma resistência capaz de conter as novas influências originárias das ideias democrático-liberais;
- 3) Uma “relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor” (Op. Cit., p. 139).

A elite agrária açucareira perdera, no processo de modernização advindo com a república e definitivamente modificado com a abolição, a influência e predominância que possuía no cenário político, abrindo espaço para outra, a cafeeira, mais modernizada, urbana e assentada no trabalho assalariado. Essa transformação acarretou no desenvolvimento de novas formas de relações sociais que prepararam o terreno para a industrialização do país.

Segundo Cândido, para Sérgio Buarque de Holanda,

A ‘nossa revolução’ é a fase mais dinâmica, iniciada no terceiro quartel do século XIX, do processo de dissolução da velha sociedade agrária, cuja base foi suprimida de uma vez por todas pela abolição. Trata-se de liquidar o passado, adotar o ritmo urbano e propiciar a emergência das camadas oprimidas da população, únicas com capacidade para revitalizar a sociedade e dar um novo sentido à vida política (Op. Cit., p. 20).

Entretanto, Sérgio Buarque, considerando que nossas raízes ibéricas nunca foram totalmente superadas, com cautela, pondera que o desfecho dessa revolução não é um caminho sem volta, mas sugere o perigo de estarmos sempre às voltas desses mesmos males com roupagens novas. Nesse sentido, o autor nos chama a atenção para “[...] um demônio perverso e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias” (HOLANDA, 1971, p.142). Esse é o trecho final de “Raízes do Brasil”.

3.2. Redescobrimo o Brasil

A década de 1930 é marcada por uma série de acontecimentos que modificaram o Brasil em termos ideológicos. Os anos trinta são considerados revolucionários por muitos estudiosos, como Boris Fausto (2006), e é um marco na passagem definitiva de uma sociedade de castas para uma sociedade de classes, processo que já vinha se acentuando desde a década de 1920.

Octavio Ianni (2002) conjectura sobre os mitos criados nesse período de modernização da sociedade brasileira, inclusive no pensamento científico social e nas artes. Lembremos que a Semana de Arte Moderna ocorreu em 1922, e teve muito de sua expressão relacionada ao proletariado urbano que se formava. As pinturas de Tarsila do Amaral ilustram bem essa problemática, uma vez que a pintora se dedica a representar o operariado em sua diversidade étnica, como na obra “Operários” de 1933:



Figura 10 – Operários, Tarsila do Amaral, 1933

Óleo/tela 150x205cm

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/arte/pratica-pedagogica/tem-muitas-historias-brasil-telas-tarsila-424884.shtml>

Para Ianni,

[...] O que se depreende dos múltiplos tipos que povoam o pensamento social brasileiro, em suas versões científicas, literárias e dos diferentes setores em suas atividades e fabulações, é que levam consigo uma forte conotação cultural, com acentuados ingredientes psicossociais. Aí entra o “homem cordial”, no sentido de fortemente determinado pelas emoções, a subjetividade, o coração (córdis), um tanto alheio ou mesmo avesso ao racional.

[...] O clima que Sérgio Buarque de Holanda traduz no desenho de o “homem cordial” é o mesmo em que se gestou “Macunaíma”, “Martim cererê”, “preguiça”, “luxúria” e “Jeca tatu”, conforme os escritos de Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Paulo Prado e Monteiro Lobato, entre outros (IANNI, 2002, p.7).

A partir da “Era Vargas”, com a implantação de leis trabalhistas e com o investimento na industrialização do país, uma nova realidade passa a se configurar, onde o rural e o urbano trocam de lugar na configuração sociopolítica do país. Para Ianni, o “homem cordial”, assim como as outras figuras criadas nesse período e que se transformaram em caricaturas do povo brasileiro, podem ser vistas como “sátiras” dos “novos tempos”, do moderno rejeitando o passado “arcaico” (IANNI, 2002, p. 9).

Carlos Guilherme Mota (1986), em seu clássico artigo, “A cultura brasileira como problema histórico”, se refere às décadas de 1930 e 1940 como o “redescobrimento do Brasil”, devido às produções que surgem a fim de definir uma identidade para o povo brasileiro. Esse redescobrimento implica num olhar sobre o passado, para a “casa-grande” e a “senzala”; para as “raízes”.

Antônio Cândido, ao prefaciar a sexta edição de “Raízes do Brasil” (1971), definiu a importância dessas obras,

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: Casa-grande & Senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo.

Nesse trabalho não tivemos oportunidade de apresentar a obra de Caio Prado Júnior, publicada em 1936, referida por Antônio Cândido. Porém, registraremos algumas observações realizadas por Cândido (1971) sobre o livro "Formação do Brasil Contemporâneo" (PRADO Jr., 1936):

- 1) O livro surgiu em pleno Estado Novo repressor. Casa-grande & Senzala e Raízes do Brasil são anteriores à instalação da ditadura de Vargas;
- 2) Não é marcado pela mesma estilística de Casa-grande & Senzala e Raízes do Brasil, possuindo uma narrativa factual e afastada do ensaísmo;
- 3) Focalizando "os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas de produção, da distribuição e do consumo" (Op. Cit., p, 12).
- 4) A linha interpretativa é o materialismo histórico "... que nessa obra aparecia pela primeira vez como captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário ou desígnio prático imediatista" (Op. Cit., p, 13).

Carlos Guilherme Mota (1986) é quem faz uma síntese do surgimento das interpretações sobre o Brasil, inserindo-as em sua importância no momento histórico em que surgiram. Para ele, as interpretações de Caio Prado Júnior são as primeiras a colocarem em xeque uma visão mitológica do Brasil, presente numa historiografia oficial. Segundo Mota,

É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém - derrubada República Velha: com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social – enquanto categoria analítica (MOTA, 1986, p.14).

Entretanto, a obra de Caio Prado Júnior não teve a mesma repercussão, no período, que as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Sob o signo do Estado Novo, que trouxe como marca a centralização conservadora e a modernização das estruturas econômicas do país, as interpretações homogeneizantes e a tentativa de estabelecer uma identidade harmônica para um país, conformaram-se ao momento político, apesar de terem surgido como denunciadoras de forças que prendiam o Brasil ao seu passado ibérico.



Para examinar

Estudos e Pesquisas

Sobre a relação entre literatura e o pensamento crítico-social de Sérgio Buarque de Holanda, há um artigo de **Walnice Nogueira Galvão** intitulado “Presença da Literatura na Obra de Sérgio Buarque de Holanda” (2001), disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a24.pdf>.

Para quem desejar se aprofundar no estudo de Sérgio Buarque e sua contribuição à Antropologia brasileira, a dissertação de mestrado de **Mariana de Campos Françaço**, “Um Outro Olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda” (2004) está disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/UmOutroOlhar.pdf>.

O seminário “A Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”, promovido pelo Instituto de **Estudos Brasileiros, IESB/USP** em 2011, no qual vários pensadores, entre os quais Antônio Cândido (sociólogo), Laura de Mello e Souza (historiadora), Maria Odila Dias (historiadora), entre outros, é uma rica fonte de informação sobre o autor e encontra-se disponível em vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=wXgG0GR7CYq&list=PL812AA951FAA51F50&index=1>.



Exercício

Exercícios de aprendizagem

a) A partir da leitura dessa unidade, explique, em termos metodológicos, qual a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda para a Ciência Social Brasileira e destaque os argumentos principais do autor em Raízes do Brasil. Leia o prefácio de Antônio Cândido para aprofundar sua reflexão.

b) A partir da leitura do capítulo V, de Raízes do Brasil, “O Homem Cordial”, explique a visão do autor sobre a influência da colonização portuguesa na formação da subjetividade do brasileiro.

A CULTURA BRASILEIRA COMO IDEOLOGIA

Nessa unidade nos concentraremos na problemática da “Cultura Nacional”, a fim de percebermos sua evolução histórica enquanto conceito utilizado pelas Ciências Sociais no Brasil. Nesse sentido, o estudo que realizaremos está dividido em duas partes:

- 1) Voltaremos nossa atenção para críticas desenvolvidas por autores que analisaram as produções realizadas entre os anos 1930 e 1940;
- 2) Apresentaremos as novas contribuições sobre a problemática da “Cultura Brasileira”.

4.1. A Ideologia do “Caráter Nacional”

A noção de “cultura brasileira” se consolidou e, segundo Carlos Guilherme Mota, cristalizou-se na História do Brasil a partir das décadas de 1930 e 1940, passando a ser objeto de discussão e de análise sistemática após a Revolução de 1930 (MOTA, 1986). Assim, para o autor, a definição que toma corpo a partir de então é a de uma visão harmônica e totalizadora da “Cultura Brasileira”.

Mais tarde, autores que fizeram uma reinterpretação de obras clássicas que ajudaram a construir essa imagem, como Casa-grande & Senzala e Raízes do Brasil, realizaram críticas a partir de releituras das mesmas, considerando o momento histórico em que foram escritas e as posições tomadas por seus autores nos desdobramentos das questões abordadas. Em outras palavras, essa narrativa passa a ser entendida como uma ideologia inscrita nos “... marcos ideológicos do nacionalismo, que tomou corpo após a Revolução de 1930” (MOTA, 1986, p. 17).

Dante Moreira Leite, aluno e depois docente da Universidade de São Paulo/ USP, foi um dos principais críticos dessa literatura que se preocupou, desde os finais do século XIX até a década de 1940 (LEITE, 2007), em definir o caráter nacional, tal como as obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, o modernista Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior. Este último, porém, foi considerado na parte final do livro, intitulada “Superação das ideologias”, onde foi interpretado como um autor que contribuiu para o desmascaramento da ideologia do “caráter nacional” (Idem).

A tese de doutorado de Dante Moreira Leite, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que se tornou livro, “O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia”, foi publicada pela primeira vez em 1954. Em 1968, o livro foi revisto pelo autor e houve ampliação do campo de análise.

Destaca-se, em sua obra, as críticas que Dante Moreira Leite realizou a Gilberto Freyre. Buscando desconstruir algumas das principais teses e até mesmo os métodos utilizados por Gilberto Freyre em seus trabalhos, Leite (2007) afirma que, sem fazer uso de estatísticas e sem circunscrever a análise a um período específico, a narrativa de Freyre não passa de uma história anedótica sobre o brasileiro, situando o pensamento desse autor como “revelador dos preconceitos mais conservadores” (LEITE, 2007, p. 373). Além disso, Leite busca desconstruir, e para isso se utiliza de conclusões a que chegou Caio Prado Júnior,

a significação atribuída por Gilberto Freyre à família patriarcal na sociedade colonial, alegando sua baixa expressividade quantitativa. De acordo com o autor,

[...] Se a família patriarcal caracteriza parcela ínfima da população, é evidente que não poderia exercer a influência suposta por Freyre. Esse erro decorre do fato de Freyre pensar na família patriarcal como organização psicológica e não como forma de domínio ou estrutura de poder econômico e político. Vale dizer, se a família patriarcal caracteriza parcela ínfima da nossa população, sua influência psicológica só pode ser analisada nessa parcela; mas Gilberto Freyre escreve sob o ponto de vista da casa-grande e atribui ao brasileiro aquilo que caracteriza apenas a classe alta (Idem).

Gilberto Freyre, nessa perspectiva, seria “o grande ideólogo da ‘Cultura Brasileira’” (MOTA, 1986, p.15) e, segundo Carlos Guilherme Mota (Idem), Dante Moreira Leite foi um de seus críticos mais radicais. Para este último,

Quando Gilberto Freyre publicou *Casa-grande e Senzala* em 1933, o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro, sobretudo se pensarmos no prestígio de um autor como Oliveira Viana e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológica ao nazismo. Hoje, com a independência dos povos africanos e com a luta dos negros norte-americanos pelos seus direitos civis, a posição de Freyre parece inevitavelmente datada e anacrônica. Finalmente, as posições políticas de Gilberto Freyre – tanto no Brasil como em relação ao colonialismo português na África – contribuíram para identificá-lo com os grupos mais conservadores dos países de língua portuguesa e para afastá-lo dos intelectuais mais criadores. Disso resulta que Freyre é hoje, pelo menos no Brasil, um intelectual de direita, aceito pelos grupos no poder, mas não pelos jovens intelectuais (LEITE, s/d apud MOTA, 1986, p.15).

Sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, cabe considerar o questionamento levantado pela historiadora Emília Viotti da Costa, também da Universidade de São Paulo. Segundo Mota (1986), Emília Viotti considerou “*Raízes do Brasil*” como “uma obra ideológica sobre o caráter nacional brasileiro” (MOTA, 1986, p. 16). E, ainda, para Dante Moreira Leite, “*Raízes do Brasil*” consistiria numa “descrição intuitiva do brasileiro de alta classe” (Idem).

Em suma, a partir da década de 1950 haverá um novo olhar sobre o “caráter nacional brasileiro”, gerando uma desconstrução dos pressupostos lançados nas obras que haviam ajudado a consolidar interpretações harmônicas sobre o país, nas quais as desigualdades sociais e culturais estiveram em segundo plano. Esse novo olhar será especialmente desenvolvido por intelectuais vinculados à USP. Nessa nova visão, a própria ideia de cultura brasileira será problematizada, e passará a ser vista não mais através de interpretações culturalistas, mas a ideia de cultura brasileira será vinculada a critérios sociais, principalmente ao de classe social.

4.2. Qual cultura nacional?

Carlos Guilherme Mota esclarece que, entre as décadas de 1930 a 1980, ocorreu a passagem de uma “concepção aristocrática de cultura” para a de “cultura de massa”. Para este autor, “**não existe uma Cultura Brasileira no plano ontológico**, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente, como fator dissolvente das condições reais” (MOTA, 1985 apud MOTA, 1986, p. 9).

Nesse sentido, o autor afirma valorizar uma noção de **cultura** radicalmente “dessa sacralizada”, definindo-a como “...a maneira de se articular, de se definir uma ideologia numa ‘região’ da superestrutura considerada uma formação econômico-social, num dado momento histórico” (Idem). Assim, a análise do autor, sobre “a Cultura Brasileira” enquanto “problema histórico”, passa pela noção de que a cultura é processual. Além de processual, a cultura passa a ser vista também como resultado de determinadas configurações sociais, que se articulam dentro de uma superestrutura comum, no caso de uma “cultura nacional”, mas que só faz sentido quando vista a partir de sua formação ideológica, como ocorre com a análise da passagem de uma “cultura aristocrática” para “cultura de massa”.

Nas Ciências Sociais no Brasil, na perspectiva de Mota, essa mudança pode ser elucidada através da passagem de perspectivas como a de Gilberto Freyre para as de autores que, como Florestan Fernandes, acompanharam o processo de “... caracterização e implantação de uma sociedade de classes no Brasil” (MOTA op.cit., p, 18).

Florestan Fernandes foi um dos principais articuladores dos estudos voltados para a sociedade de classes no Brasil. O olhar sobre as classes sociais, em Florestan, pode estar relacionado com sua trajetória de vida marcada por uma infância de pobreza. Além disso, o momento histórico em que o autor escreve, com a alavancada industrial no país, influencia sua análise. Florestan Fernandes anunciou todo um campo de modificações que contribuiu para a institucionalização da Ciência Social brasileira. Ele foi um defensor da vinculação entre teoria e prática social.

Influenciado pela teoria funcionalista, Florestan Fernandes ficou conhecido inicialmente pela dissertação de mestrado e tese de doutoramento defendidas no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com os respectivos trabalhos “A Organização Social dos Tupinambás” (1947) e “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá” (1951). Depois seus estudos se voltaram para a sociedade urbana, focalizando a questão das classes sociais no Brasil e na América Latina, além de ser uma das principais referências no estudo sobre o negro na sociedade de classes.

Entre as principais obras desse autor, podemos destacar “Capitalismo Dependente e Classes Sociais no Brasil”, “Sociedade de classes e Subdesenvolvimento”, “O Negro no Mundo dos Brancos”, “A Interpretação do Negro na Sociedade de Classes”, entre outras que lhe trouxeram o reconhecimento nas Ciências Sociais Brasileiras (Ver Entrevista com Florestan Fernandes, 2011).

Florestan Fernandes explica a centralidade do conceito de classe em sua teoria, declarando a centralidade da classe social no atual sistema social brasileiro, no contexto de uma economia dependente e pressionada pelo capitalismo imperialista. Para ele,

[...] Não se pode conceber a Nação moderna fora e acima da organização e da transformação do sistema de classes. Queira ou não, o sociólogo tem de lidar com classes e chegar a conclusões que envolvem, tanto conjunturalmente quanto a longo prazo, a história que se cria graças à existência das classes e dos dinamismos gerados pelos conflitos de classes. Se algum sociólogo abstrair esses fatores condicionantes e determinantes centrais, ele pratica uma omissão que não se justifica em termos de uma sociologia crítica, ou seja, de uma explicação sociológica rigorosa (Entrevista com Florestan Fernandes, 2011, p.82).

Florestan Fernandes foi aluno de Fernando de Azevedo, um dos principais ideólogos da “Cultura Brasileira” durante a Era Vargas, conforme aponta Carlos Guilherme Mota (1986). Fernando de Azevedo escreveu sua grande obra, “A Cultura Brasileira”, como introdução ao Censo de 1940, sob a encomenda do Governo Vargas, onde o autor busca uma interpretação totalizadora do Brasil, tratando a “Cultura Brasileira” sempre no singular (XAVIER, 1998, s/p.). Nesse sentido,

Ao contrário de Gilberto Freyre, que construiu uma interpretação da cultura brasileira ancorada na marca da miscigenação; ao contrário dos modernistas, como Mário de Andrade, que buscavam traços da nossa identidade na cultura nativa, Fernando Azevedo persegue, ao longo dessa extensa obra, uma síntese totalizante para construir a sua versão da cultura brasileira. Síntese que, nas palavras do autor, busca apreender “a alma ou mentalidade coletiva (...) exprimir o que há de comum *entre regiões extremamente diferenciadas, mas próximas uma das outras, pela unidade fundamental da formação de um povo impregnado pelo catolicismo (...) e pela influência portuguesa, preponderante na interpenetração dos elementos indígena e africano*” (Azevedo, 1964, p.24) (XAVIER, 1998, s/p.).

Esse entendimento da Cultura Brasileira como expressão da mentalidade de um povo aproxima-se daquela utilizada por Sérgio Buarque de Holanda, ao realizar a descrição de traços da mentalidade social do brasileiro. Para Carlos Guilherme Mota (1986), essa definição liberal de cultura funcionou como “instrumento de abertura política” durante o Estado Novo e, entre 1945 a 1964, contribuiu para a consolidação da democracia liberal no Brasil, na criação de universidades, defendeu a Escola Pública, entre outros feitos.

Porém, “em seu nome criaram-se também os argumentos para frear as manifestações que extrapolassem os interesses das classes dominantes” (MOTA, 1986, p.20). Foi assim que, na década de 1960, a ditadura utilizou-se do argumento de defesa dos “interesses nacionais”, “cultura brasileira” ou “cultura nacional” para reprimir o potencial crítico de segmentos populares (Idem). É nesse período que se revigora, durante a **ditadura militar** e fase de “pesada massificação”, a “**ideologia da Cultura Brasileira**”, correspondendo à

...Velha concepção da organização social em termos de elite/massas, que substituiu (ou massacra, quando menos) as concepções críticas que veiculavam a ideia de organização social baseada na divisão de classes – que as Ligas Camponesas no Nordeste, as Reformas de Base do período Goulart, o método de alfabetização de Paulo Freire, as análises da sociedade de classe de Florestan Fernandes vinham impondo e obrigando à descoberta de um outro Brasil (Ibdem).

Segundo a perspectiva de Carlos Guilherme Mota, há seis momentos na História do pensamento intelectual no Brasil em que a temática da produção cultural volta-se de forma intensa para a proposta da “Cultura Brasileira” como questão:

1) A década de 1930, com o “redescobrimento do Brasil” a partir das interpretações de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo. Esse momento é sintetizado pelo autor como de articulação dos “elementos sócio-culturais” que foram o sustentáculo da ideia de “Nação” brasileira (op. Cit., p.20);

2) O final do Estado Novo (1937-1945) apresentou duas tendências: uma, que se voltava para o passado, com o “ideal aristocrático de cultura”; a outra, voltada para o futuro, marcada pelo pensamento radical vindo da classe média. Nesse período há um processo de “institucionalização do saber”, que se desdobrará nas obras de autores como Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Vitor Nunes Leal;

3) Durante os anos 50, quando houve a institucionalização de quadros intelectuais provocando o engajamento no nacional-desenvolvimentismo- Lembremos que esse é o período do Governo Kubitschek

Livro Conteúdo

- com o árduo processo de industrialização do país. Nesse período, o nacionalismo teria impregnado os “diagnósticos desenvolvimentistas”, que podem ser observados nas obras de autores como Celso Furtado, entre outros. Ainda nos finais dos anos 50 começaram a surgir visões críticas ao paradigma desenvolvimentista, como na obra de Raymundo Faoro (1958), “Os Donos do Poder”. Essas críticas passariam a se radicalizar na primeira metade dos anos 60, com a discussão sobre as Reformas de Base do Governo Jango;

4) Processo iniciado ainda no início da década de 1960, foi a partir da segunda metade dessa década que “revisões radicais”, nas palavras de Mota, rompem totalmente com “os quadros de diagnóstico da era desenvolvimentista”. Já instaurado o regime ditatorial militar que reagiu aos “avanços do populismo”, a intelectualidade reage intensificando os estudos sobre classes sociais e sobre dependência. O nome de Caio Prado Júnior surge com mais força nesse momento, com a publicação de “A Revolução Brasileira” (1966); também Florestan Fernandes publica “Subdesenvolvimento e Sociedade de Classes” (1968); Octavio Ianni, “O Colapso do Populismo no Brasil” (1968); e Dante Moreira Leite, “O Caráter Nacional Brasileiro” (1969).

5) Passado o período das “revisões radicais”, situado especialmente entre os anos 1964 a 1969, o autor se refere ao “período de fechamento” em resposta à radicalização. Situado entre os anos de 1970 a 1975, correspondendo ao “milagre econômico brasileiro”. Denominado por Mota como época da “grande diáspora intelectual”, que correspondeu também ao período da luta armada no Brasil. Caracterizado pela ampliação dos meios de comunicação de massa, “assisti-se à massificação e revitalização da ideologia da Cultura Brasileira: ‘democracia racial’, eliminação nos discursos ‘científicos’ sobre a Cultura Brasileira das contradições, dos antagonismos, dos conflitos, etc.” (Op. Cit., p.21). São exemplos de autores que se destacam Gilberto Freyre e Jorge Amado, a obra desse último é dissocializada, ganhando divulgação significativa na televisão. Nessa época, “está aparentemente ‘estabilizada’ a noção de Cultura Brasileira, a serviço do esforço ideológico de sustentação do ‘Brasil-Potência Emergente’” (Op.cit., p.22);

6) A última etapa inicia-se a partir de 1975, até os dias atuais, ou, ao menos, até o final da década de 1980 quando o autor escreveu seu artigo, com o abalo sofrido pela ditadura militar que se deveu tanto às dissidências internas quanto às manifestações da “nova sociedade civil” caracterizada pelo “novo sindicalismo, a nova igreja, os organismos representativos da sociedade civil (Ordem dos Advogados, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa etc.) trazem em suas lutas novos elementos para uma reconsideração da problemática da cultura no Brasil” (Idem). Para o autor, a obra mais significativa desse momento inicial foi “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes (1975), caracterizada por uma perspectiva abrangente que abarca a economia, a história, a sociologia e a antropologia.

As “revisões radicais” merecem um detalhamento maior no artigo de Carlos Guilherme Mota, onde o autor destaca as considerações de Antônio Cândido e Raymundo Faoro. Este último autor é apontado como aquele que realizou uma obra, intitulada “Os Donos do Poder”, publicado inicialmente em 1958, que combina uma análise sócio-política ao mesmo tempo em que refletiu sobre a vida cultural, oferecendo “um ponto de partida novo para uma futura e ‘genuína’ história da produção cultural no Brasil” (Op. Cit., p, 28).

“Os Donos do Poder” é um livro no qual o autor parte da análise da “Origem do Estado português”, passando pela “Revolução portuguesa”, “O Congelamento do Estamento Burocrático”, até iniciar a análise do Brasil a partir de sua “invenção” até o contexto político em que escreve. Os dois últimos

capítulos foram incluídos posteriormente pelo autor, em 1973. O livro possui cerca de 900 páginas e está dividido em dezesseis capítulos. Os conceitos básicos trabalhados no livro são patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros, conforme o próprio autor informa no prefácio (FAORO, 2001).

Mota (1986) chama atenção para a inspiração weberiana da obra, mas Raymundo Faoro adverte que, “este livro não segue a linha de pensamento de Max Weber” (FAORO, 2001, Prefácio à Segunda Edição). Mas afirma a influência das “sugestões weberianas” em seu esquema interpretativo (Idem).

Para Carlos Guilherme Mota, Faoro oferece uma “análise das mais penetrantes” (Op. Cit., p.25) surgida num contexto, o final dos anos 50, marcado “pelas balizas da interpretação neocapitalista da economia brasileira (Celso Furtado), bem como pelas interpretações apoiadas numa rígida e mecânica teoria das classes sociais (Werneck Sodré), ou pela linhagem nacionalista algo ingênua (ISEB)” (Op. Cit., p.26).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ ISEB foi fundado em 1955 e centrou suas preocupações iniciais no desenvolvimentismo, procurando, muitas vezes validar as ações do Governo JK. Nesse sentido, Faoro distanciou-se do esquema interpretativo do período e ofereceu uma nova visão sobre as instituições burocráticas do aparelho Estatal brasileiro. Assim, constitui-se numa obra de referência que ainda mantém sua atualidade.

Entre os méritos desse estudo, Mota chama atenção para o papel que essa obra, pouco difundida no momento em que surgiu, possuiu para a reavaliação do conceito de “Cultura Brasileira”. Para Mota (Idem), “Faoro é radical: procura indicar que ‘a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira’ (FAORO apud MOTA, op. Cit.)” (Idem).

Assim, a “genuína cultura brasileira” ainda não teria encontrado possibilidade de se desenvolver, atrofiada pela “carapaça administrativa” chefiada por uma elite, exprimindo seus próprios interesses e cuja “legalidade teórica” possui tanto conteúdo como estrutura diferente “dos costumes e das tradições populares” (FAORO apud MOTA, Op. Cit., p.27).

Dada essa “cisão essencial” (MOTA, Op. Cit.), Mota pergunta se podemos pensar numa “cultura Brasileira”. Sem fechar a questão, o autor demonstra como a obra de Raymundo Faoro abriu precedentes para o questionamento das interpretações que tendiam a utilizar esse conceito de forma generalizada, sem considerar as nuances de classe e os problemas socioculturais delas derivados. Em suas palavras: “com isso, [Faoro] escapou à pesada e conciliadora ideologia da Cultura Brasileira, diluidora de contradições reais, instrumento de dominação ela própria utilizada pelos estamentos dominantes” (Op. Cit., p., 27).

Já Antônio Cândido, além de envolvido nos Estudos de Comunidade, assunto que veremos em nossa próxima unidade, dedicou-se à análise da literatura brasileira e latino-americana, a partir de problemáticas propostas pela Sociologia, História e Antropologia. Segundo Mota, toda obra crítica desse autor é atravessada pela problemática da cultura brasileira, “nos estudos sobre a cultura caipira, sobre a família brasileira, sobre a literatura brasileira e latino-americana, sobre a história da literatura entendida como expressão da vida social etc.” (Op. Cit., p. 22).

Antônio Cândido possui uma proposta política em seus trabalhos, “o combate a todas as formas de pensamento reacionário” (CÂNDIDO, 1944, p.37 apud Mota, 1986, p.23). Antônio Cândido definiu esta postura como uma luta onde “cada um com suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas ideias” (Idem). Assim, apontou tendências no Brasil que poderiam ser “nocivas” ao estudo social brasileiro (MOTA, 1986):

1) A filosofia idealista – o perigo das discussões metafísicas, onde as soluções encontradas pelas elites geralmente se apoiam, apartarem o intelectual dos problemas reais, como nas filosofias evolucionistas, presentes tanto nas ideologias da direita inspirada no fascismo, como em tendências marxistas que en-

xergavam a História a partir de etapas;

2) A sociologia cultural – Antônio Cândido considera, em primeiro lugar, a contribuição da sociologia cultural às Ciências Sociais, onde o próprio autor afirma se utilizar dela em seus trabalhos. Mas, alerta quanto a “uma possibilidade perigosa desse método tão fecundo e tão caro à sociologia do Novo Mundo” (CÂNDIDO, 1944, apud MOTA, 1986, p.24).

Definindo a sociologia cultural como a disciplina que subordina a ideia de cultura à noção de ciclo ou de círculo cultural, que se refere à “interdependência necessária entre os traços de uma cultura e da sua existência em função uns dos outros” (Ibdem). Para Cândido, essa visão pode gerar uma concepção de funcionalidade entre as partes, que pode servir para justificar injustiças e desigualdades no sistema, levando a “aceitação de ‘todos’ os traços materiais e espirituais, dado o seu caráter ‘necessário’” (Ibdem).

Nesse ponto o autor critica o culturalismo de Gilberto Freyre. Este, na perspectiva de Cândido, “enamorado do seu ciclo cultural luso-brasileiro, é levado a arquitetar um próprio, em que se combine o progresso com a conservação dos traços anteriores característicos” (Ibdem).

Porém, Antônio Cândido reconhece a fecundidade crítica dos decênios 1920 e 1930, marcados pela “harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais” (CÂNDIDO, 2006, p.142). Assim, o modernismo, para o autor, marca a “maioridade literária através da capacidade de contribuição original” (CÂNDIDO, 1989, p. s/p), não somente no Brasil, mas em todo o continente hispano-americano. Nesse sentido, são também palavras suas:

Um autor como Gilberto Freyre, que parece hoje um sociólogo conservador, significou então uma força poderosa de crítica social, com a desabusada liberdade das suas interpretações. A destruição dos tabus formais, a libertação do idioma literário, a paixão pelo dado folclórico, a busca do espírito popular, a irreverência como atitude: eis algumas contribuições do Modernismo que permitiriam a expressão simultânea da literatura interessada, do ensaio histórico-social, da poesia libertada (CÂNDIDO, 2006, pp. 142-143).

Nesse sentido, o importante para apreendermos nesse levantamento realizado na unidade 4 não é somente o reconhecimento da produção anterior, como em Casa-grande & Senzala e Raízes do Brasil, enquanto ideologicamente limitada. O que devemos fixar é o processo pelo qual o pensamento social sobre a cultura brasileira se construiu.



Saiba mais

Saiba Mais

Na década de 1980 não foi somente no espaço acadêmico que as representações harmônicas da sociedade brasileira estavam sendo questionadas. A desigualdade de classe e de cor discutida por Florestan Fernandes e outros autores foram parte de um movimento maior de articulação social que surgiu nesse período.

Com a redemocratização do país e o debate em torno da Constituição de 1988, grupos negros também se articularam para exigirem o reconhecimento da desigualdade social existente, como é o caso das associações negras e do Teatro Experimental Negro/ TEN (RJ). Desarticulados durante a ditadura,

com a redemocratização do país, surge o Movimento Negro Unificado. Essas organizações exercerão influência, como também serão influenciadas pelas teorias sociais.

O sociólogo Mario Augusto Medeiros da Silva (2001), em sua tese de doutorado (UNICAMP), intitulada “A Descoberta do Insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)”, onde analisa a produção recente de autores negros e periféricos, se refere à interlocução gerada entre as associações negras no Rio de Janeiro e São Paulo e autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, ambos em São Paulo, e Costa Pinto, no Rio de Janeiro durante a realização das pesquisas para o Projeto Unesco.

Segundo Marcos Chor Maio,

Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo em vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente (1999, p. 141).

Entretanto, com o diagnóstico das desigualdades raciais através dessas pesquisas, houve uma inovação na percepção sobre a sociedade brasileira, batendo de frente com a visão harmônica vigente até o momento. Esse é um período de revisão radical, como afirmou Carlos Guilherme Mota, em que as Ciências Sociais Aplicadas passam a ser uma preocupação central nessa produção, que possui na pesquisa a sua base, diferentemente da postura ensaísta do período anterior, iniciada na década de 1930.

Mas essa argumentação que teve grande repercussão e destaque, nem finaliza definitivamente as questões ou, do contrário, a Ciência Social eliminaria sua capacidade crítica e daria lugar a uma postura doutrinária. Ainda hoje há autores que se voltam para o estudo da contribuição da obra de Gilberto Freyre, para utilizar o exemplo mais difundido e criticado pela produção realizada na USP. Roberto Motta, por exemplo, da Universidade Federal de Pernambuco, tem analisado a contribuição das teorias raciais de Freyre para o paradigma racial e demonstra como o autor conseguiu, em um período dominado por uma raciologia científica, ultrapassar seus limites (Ver, p. ex. MOTTA, 2000). Elide Rugai Bastos, da USP, também tem se debruçado sobre a obra de Gilberto Freyre e reavaliado as contribuições do autor, sem deixar de incorporar as críticas produzidas por seus colegas.

Para concluirmos a unidade 4, chamaremos Antônio Cândido para testemunhar sobre a tarefa analítica das Ciências Sociais,

Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. É o que tem ocorrido com o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado chegou a ser vista como chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão, — e talvez só agora comece a ser proposta nos devidos termos (CÂNDIDO, 2006, 13).

Porém, os posicionamentos teóricos implicam também em posicionamentos políticos diante dos problemas sociais. Um bom exemplo de como a questão da raça, apesar de não ser mais considerada como parte da biologia, mas, enquanto uma categoria social tem voltado com força em nossa sociedade é a discussão sobre as políticas de cotas raciais para ingresso nas Universidades Federais Públicas.

A partir da implementação dessa política na Universidade de Brasília/ UnB, através da qual es-

tudantes que se autodeclararem como negros e pardos tem possibilidades de concorrer por vagas específicas, as cotas, para o ingresso na Universidade, a questão da discussão sobre desigualdade racial e/ ou desigualdade social tem ocorrido no próprio interior da disciplina antropológica na atualidade.

Muitos antropólogos declararam-se contra a política de cotas, alegando, entre outras questões, a essencialização da categoria “raça” através da demarcação racial como critério de ingresso nas universidades brasileiras; de outro lado, os defensores do sistema de cotas raciais argumentam que a raça ainda é uma categoria operante de discriminação. Além disso, o próprio Movimento Negro tem reivindicado a reparação histórica, através de políticas públicas específicas, do lugar subalterno destinado ao negro na sociedade brasileira que o Estado tem negligenciado desde sempre na História do país. Pela falta de espaço para desenvolvermos essa discussão, não fecharemos a questão aqui, mas, abaixo, em “Estudos e Pesquisas”, indicaremos algumas produções reveladoras desse debate.



Para examinar

Estudos e Pesquisas

Muitos autores que produziram obras de relevante crítica social durante o Regime Militar foram perseguidos e exilados, alguns tiveram também importante atuação política no período pré ou pós-ditadura, integrando-se aos quadros do Governo. Entre eles podemos destacar a atuação de **Darcy Ribeiro**, que chegou a ser Ministro da Educação, durante o Governo de João Goulart, e em 1991 foi eleito senador do Rio de Janeiro pelo PDT; e **Florestan Fernandes**, que foi eleito em 1986 como Deputado Federal no Estado de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. O programa Roda Viva realizou entrevistas com ambos, centrando suas perguntas especialmente em suas experiências políticas, e essas entrevistas estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=qMkpbf5wKXw&list=PLD7DD71F2E3D586E8>, entrevista com Darcy Ribeiro; e <https://www.youtube.com/watch?v=6pjiw0jrZbw>, entrevista com Florestan Fernandes. Além destes, há também um programa recente com **Carlos Guilherme Mota** onde ele é questionado sobre problemas políticos atuais no Brasil, entre outras temáticas, disponível em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/programas/o-debate-politico-e-muito-engessado-a-forma-como-os-candidatos-sao-retratados-nao-ha-mais-debate-politico-no-sentido-pleno-da-palavra-diz-carlos-guilherme-mota>.

O livro de **Antônio Cândido**, “Literatura e Sociedade” (2006), onde o autor analisa os vínculos entre a produção de obras literárias e o ambiente em que estas foram produzidas, está disponível para download em http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf.

O livro de **Raymundo Faoro**, “Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro” (2001), sobre o qual comentamos nessa unidade encontra-se disponível em https://docs.google.com/file/d/OB-vWcDYCKP5sMjFhMWU3MmYtZWVjNC00Mjc4LTk2OWUtMDQ4M2VhYWJlOGY1/edit?hl=pt_BR.

O artigo de **Roberto Motta**, “Paradigmas de Interpretações das Relações Sociais no Brasil” (2000), pode ser consultado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006.

Sobre o debate da implantação das políticas de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas federais, veja-se os argumentos de **Eunice Durham** (2006) em “Cotas Raciais: é essa a solução?”, disponível em <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp43art11.pdf>, com um ponto de vista desfavorável a essa política; e os de **José Jorge de Carvalho** (2005), um dos propositores do texto de

cotas para negros e índios aprovado pela Unb em 2003, “Usos e Abusos da Antropologia em um Contexto de Tensão Racial: o caso das cotas para negros na UnB”, disponível em http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufrgs_artigo_2005_JJdeCarvalho.pdf. O documentário “A Raça Humana” que também aborda a polêmica desenvolvida na UnB, utilizando depoimentos de estudantes e professores, entre outros, contra e a favor da implantação da política de cotas nessa universidade está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ovZVqvkyBbo>.



Exercício

Exercícios de aprendizagem

- a) No seu ponto de vista, a partir da leitura da Unidade 4, quais foram os principais avanços e/ ou limitações na nova abordagem proposta pelas Ciências Sociais desenvolvidas na USP, a partir da crítica à ideologia nacional? Situe os principais pontos dessa perspectiva, considerando a introdução da categoria classe social nessa temática. Discuta essa questão situando-a com as passagens que você considerou mais significativas no texto.

- b) Assista ao documentário “A Raça Humana” e elabore uma resenha do mesmo, destacando os principais pontos da discussão que ele apresenta.

**O CAMPO DE ESTUDOS
DA ANTROPOLOGIA NO
BRASIL**

O objetivo dessa unidade é apresentar algumas linhas de estudo importantes para o desenvolvimento da disciplina antropológica no Brasil, que ainda não tivemos oportunidade de abordar. Dividiremos nossa análise em três partes:

- 1) Deter-nos-emos na Etnologia Indígena, campo fundante de nossa disciplina que, ao longo do desenvolvimento da Antropologia no Brasil vem assumindo diferentes configurações. Essa linha de estudos também está relacionada com o pensar sobre o país, na medida em que a “questão indígena” foi sempre uma problemática na formação e consolidação do Brasil, enquanto Nação;
- 2) Serão abordados os Estudos de Comunidade, situados na interseção entre a disciplina antropológica e a sociologia. Nessas pesquisas, as comunidades estudadas foram pensadas como representativas das questões nacionais;
- 3) Por fim, consideraremos a Antropologia Urbana que surgiu com as preocupações referentes ao processo de urbanização do país.

1.1. Etnologia Indígena

Os estudos de etnologia indígena se desenvolveram, especialmente, a partir do final do século XIX e início do século XX, apesar de anteriormente já haver uma produção significativa sobre os povos indígenas no Brasil, a partir dos relatos de cronistas e viajantes, conforme tivemos notícias na unidade 1.

Essa primeira fase da etnologia brasileira foi marcada pela influência e predominância da produção de pesquisadores alemães. Alguns etnólogos de relevância desse período são listados por Júlio César Melatti (2007), como por exemplo, Martius, naturalista que prestou importante contribuição para a etnologia indígena. Sua obra pode ser considerada “um ponto de partida para os etnólogos propriamente ditos” (MELATTI, 2007, p. 8).

Segundo Melatti, provavelmente o primeiro etnólogo alemão a desenvolver pesquisas no Brasil foi Karl Von den Steinen, o primeiro a encontrar povos indígenas xinguanos, na expedição de 1884. Influenciado por Bastian, Steinen procurou desvendar a origem de várias técnicas e costumes desses povos, além de dedicar sua atenção para o “foco de irradiação dos índios da família Karíb, da qual descobriu fazerem parte dos Bakairí do Xingu” (Idem). Outros nomes, sobre os quais não nos deteremos aqui, devido ao curto espaço que dispomos para abordar a temática, também são referidos por Melatti, a saber, Paul Ehrenreich, Herrmann Meyer, Max Schmidt e Theodor Koch-Grünberg.

Esses etnólogos desenvolveram pesquisas de campo, mas, nesse período, havia também os antropólogos de gabinete, que refletiam sobre os dados de campo repassados pelos seus colegas pesqui-

sadores, desenvolvendo teorias. Este é o caso de Erland Nordenskiöld e do padre Wilhelm Schmidt que elaboraram seus estudos a partir de preocupações difusionistas (Ibdem).

De acordo com o levantamento realizado por Melatti, durante as décadas de 1920 e 1930 as preocupações evolucionistas e difusionistas foram, aos poucos, perdendo espaço. Diminui também o número de pesquisadores alemães, mas continua havendo a predominância de pesquisadores estrangeiros. Alguns destes estabelecem-se no Brasil ou em países vizinhos, como é o caso do notável pesquisador Curt Unkel, que adotou o nome de Curt Nimuendajú, ao longo de seus trabalhos desenvolvidos junto aos povos indígenas.

Nimuendajú teve importante participação no Serviço de Proteção aos Índios/SPI, criado em 1910, promovendo a fixação em Reservas dos Guaraní, em São Paulo. Deixou também minuciosas descrições em relatórios sobre povos indígenas, com os quais procurou estabelecer contatos pacíficos. As obras deixadas por Curt Nimuendajú são de tal qualidade etnográfica que até hoje os antropólogos que se dedicam ao estudo dos povos indígenas podem recorrer a elas para consultas sobre povos aos quais ele se refere. Esse etnólogo manteve extensa comunicação com Robert Lowie, ambos se influenciando, uma vez que Nimuendajú não possuía formação acadêmica e Lowie utilizou muito dos dados etnográficos de Nimuendajú (Ibdem).

Conforme aponta Melatti, as décadas de 1930 a 1960 são particularmente prolíferas para o desenvolvimento da etnologia indígena brasileira. Com a vinda de Lévi-Strauss, a passagem de Radcliffe-Brown, entre outros antropólogos estrangeiros, o período é marcado por diferentes influências, a saber, estruturalista francesa, estrutural-funcionalista, e, ainda mais marcante, seria a influência que exerceu a antropologia norte-americana, através de profissionais que se estabeleceram no país, ou através de estudantes brasileiros que começaram a cursar programas de Pós-graduação nos Estados Unidos.

Essa inspiração culturalista pode ser percebida nos estudos de mudança cultural, que originaram uma forte linha de estudos no Brasil. Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, influenciados por Julian Steward, dedicaram-se aos estudos de aculturação. Enquanto os estudos anteriores constatavam a assimilação passiva por parte dos grupos indígenas da “cultura nacional”, Darcy Ribeiro passou a enfatizar que a assimilação não acontecia de forma passiva, mas era reinterpretada a partir de esquemas próprios dos grupos. Nesse sentido, a partir da teoria da **transfiguração étnica** a própria ideia de assimilação foi complexificada por Darcy Ribeiro.

Renato Athias, em seu livro “A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira” (2007), constata que “a diferença das pesquisas sobre a aculturação e a abordagem de Ribeiro, com seu modelo explicativo, a transfiguração étnica, limita-se praticamente ao que se refere à sobrevivência dos povos indígenas” (ATHIAS, 2007, 104). Athias explica que, nos estudos sobre aculturação,

[...] O intenso e permanente contato entre índios e brancos, levaria a uma perspectiva futura do desaparecimento dos grupos indígenas enquanto grupos étnicos, o que equivale à assimilação à sociedade nacional. De acordo com a teoria de Darcy Ribeiro, estes grupos não desapareceriam totalmente, mas se tornariam povos transfigurados do ponto de vista étnico, ou seja, enquanto etnias minoritárias em um novo contexto étnico nacional, porém capazes de assegurar a liberdade e o bem-estar de seus componentes (RIBEIRO, 1977, p. 446) (Idem).

Insatisfeito com as teorias de mudança cultural, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira observou que o contato entre os grupos étnicos e a sociedade abrangente possui elementos dinâmicos que não levam, necessariamente, à incorporação dos primeiros pela segunda. Na teoria da **fricção interétnica**, o contato é visto como uma relação processual que gera uma reorganização do grupo étnico em seu com-

plexo estrutural, em suas relações políticas, sociais e econômicas (ATHIAS, 2007). O contato também acarreta uma relação de interdependência entre os povos indígenas e a sociedade abrangente, mas, para Roberto Cardoso de Oliveira, estes povos mantêm sua autonomia (ATHIAS, 2007, p. 47). Nesse sentido, Roberto Cardoso de Oliveira elabora uma teoria com preocupações mais sociológicas do que culturalistas.

Alcida Rita Ramos (2010) identifica dois grandes modelos na Antropologia brasileira que se dedica aos estudos dos povos indígenas, um, surgido no campo das “relações interétnicas”; o outro, no campo da Antropologia clássica (RAMOS, 2010, p.26). O das relações interétnicas, nasce com a teoria de “fricção interétnica” de Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília/ UNB), nos anos 1960, ganhando projeção internacional, especialmente entre os países latino-americanos, uma vez que essa teoria busca uma reflexão sobre as formas de dominação e colonização.

Essa teoria teve importante papel político, os estudiosos que se dedicaram à temática estiveram muitas vezes envolvidos no apoio aos povos indígenas. Exemplo dessa atuação, o antropólogo João Pacheco de Oliveira, que foi aluno de Roberto Cardoso de Oliveira e realizou o refinamento da teoria de seu mestre, tem uma importante atuação em conjunto com os movimentos indígenas no Brasil, especialmente em relação à articulação indígena no Nordeste brasileiro (Ver, p. ex., OLIVEIRA, 2004).

Considerados extintos, a maioria dos povos indígenas no Nordeste tem passado por um processo de **etnogênese**, ressurgindo ou criando novos grupos que, em geral, referem-se a um processo histórico de expropriação territorial e dispersão grupal. Nesse novo contexto, o Estado brasileiro, a partir da constituição de 1988, reconhece os direitos desses povos à aquisição territorial e à autonomia cultural. Sendo legatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho/ OIT que reconhece a autoafirmação dos povos indígenas, o reaparecimento de novas etnias ou de antigas que ressurgem com novas configurações tem complexificado o cenário brasileiro em relação aos povos indígenas, que não podem ser considerados apenas pelo seu isolamento em relação à sociedade nacional ou por suas características fenotípicas.

O outro modelo é o “perspectivismo”, elaborado por Eduardo Viveiros de Castro (Museu Nacional/ UFRJ). A teoria perspectivista tem repercutido internacionalmente, especialmente entre antropólogos que tem se dedicado ao estudo de povos indígenas na Amazônia. Entretanto, seu diálogo tem se estabelecido principalmente em países francófonos e anglófonos (RAMOS, 2010).

De uma Antropologia filosófica, o perspectivismo realiza uma crítica ao modelo dualista “natureza x cultura”, proposto pelo estruturalismo de Lévi-Strauss. Viveiros de Castro, a partir da análise de aspectos da “cosmologia ameríndia”, como ele a chamou, demonstrou que esse modelo dualista não pode ser considerado universal (Ver, p. ex., VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

A etnologia indígena também tem desenvolvido experiências em termos de coparticipação entre antropólogos e índios na realização de trabalhos etnográficos, apesar de existirem, ainda, um número restrito de experiências nesse sentido. O livro de Davi Kopenawa, indígena Yanomami, e Bruce Albert (2010) é um bom exemplo dessa experiência participativa (RAMOS, 2010).

Estas, porém, mesmo limitadas numericamente, são importantes por serem frutos desse processo de politização indígena e da cooperação entre a academia e os povos indígenas. Através da exigência de novas demandas, como educação específica e de qualidade, os índios têm se apropriado dos instrumentos de comunicação e conhecimento da sociedade abrangente. Cada vez mais os índios tem se destacado pela atuação nas áreas do Direito, Antropologia, Pedagogia, entre outras áreas profissionais.



Saiba mais

Saiba Mais

Segundo Alcida Rita Ramos, no artigo intitulado “O Indigenismo na Montagem da Nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina”, a questão indígena no Brasil “sempre foi exibida em excesso” (RAMOS, 2009, p.28). Parte da “fábula das três raças”, pela qual o Brasil é fruto da “feliz combinação” entre europeus, negros e índios, o indígena foi fortemente destacado pelo movimento nativista, como nos personagens de José de Alencar, o índio Peri, e de Gonçalves Dias, Juca Pirama (Idem).

Em contraposição à ideologia da formação nacional argentina, que declarou guerra e decretou a extinção dos povos indígenas no país, ainda que na prática os indígenas não tenham efetivamente desaparecido; o Brasil se formou enquanto nação afirmando a importância do elemento indígena e consolidando uma política preservacionista (Ibdem).

Entretanto, esse fato não quer dizer que o Estado brasileiro tenha adotado uma convivência de harmonia e respeito às etnias indígenas, sua política foi a de rebaixamento dos índios à condição de infantilidade, enquanto exaltava a imagem de um índio genérico que não possuía correspondente na realidade.

Manuela Carneiro da Cunha (2012) demonstra, em seu estudo “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania”, que desde o século XVI há uma política oficial que sedentariza os índios através da criação de aldeias que visavam a redução do território indígena. E, durante o século XVII, “redução” foi justamente o nome dado à reunião dos índios nas missões jesuítas. Essa política de redução territorial teve continuidade durante o século XIX (CUNHA, 2012).

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, “o aldeamento de índios obedecia, com efeito, a conveniências várias: não só os tirava ou confinava em parcelas de regiões disputadas por frentes pastoris ou agrícolas, mas se os levava também para onde se achava seriam úteis” (Op. Cit. p., 76). Nesse sentido, “os aldeamentos serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão de obra” (Idem).

No entanto, ao longo do século XX os povos indígenas têm demonstrado sua capacidade de articulação e reclamado sua autonomia, apesar de políticas estatais muitas vezes hostis. O Código Civil de 1916, por exemplo, tratou os índios como “relativamente capazes” e o Decreto nº 5.484, de 1928, regulamentou o regime tutelar especial, indicando-se o Estado como tutor através do SPI, o órgão indigenista oficial nesse período (PERES, 2009). Somente a partir da Constituição de 1988, segundo Sidnei Peres, se “desatou a conexão existente entre tutela e direitos indígenas e o índio foi considerado cidadão pleno, como os demais brasileiros, sem perder os direitos inerentes à sua condição étnica diferenciada” (PERES, 2009, p. 64).

A partir desse novo contexto, os indígenas passaram a se projetar na sociedade nacional de forma mais visível, pois a resistência indígena sempre existiu ao longo da história do Brasil. Com a redemocratização do país os povos indígenas e outras organizações passaram a ser reconhecidas como interlocutores políticos legítimos, adotando muitas vezes o modelo do associativismo (Idem). De acordo com Peres,

Nesse novo contexto proliferaram as organizações indígenas, formada conforme os parâmetros jurídicos das demais associações civis, para representar diretamente os interesses de um ou mais povos diante dos poderes estatais e/ou para captar recursos materiais nas redes de apoio estabelecidas para a promulgação da autodeterminação econômica, política e cultural das comunidades e grupos étnicos (PERES, 2009, pp.64-65).

A Antropologia também acompanhou esse novo momento dos povos indígenas revelando, através de estudos etnográficos, diferentes situações de submissão e injustiça social, aperfeiçoando suas teorias e atuando politicamente junto a esses povos. Exemplo dessa atuação é a elaboração de Laudos e Relatórios Antropológicos, o apoio aos movimentos indígenas, a realização de cursos especialmente voltados para alunos indígenas no interior das Universidades Federais etc.

1.2. Os Estudos de Comunidades no Brasil e seus desdobramentos

A realização dos estudos de comunidade marcaram as décadas de 1940 e 1950. Segundo Júlio César Melatti (2007), esses estudos estavam fundamentados na observação direta de vilas ou pequenas cidades com as técnicas desenvolvidas pela Etnologia Indígena.

Essas comunidades foram percebidas como um elemento intermediário entre a sociedade abrangente, considerada uma totalidade complexa, e as sociedades tribais, consideradas sociedades simples. Daí, buscou-se a união entre as técnicas utilizadas em grupos indígenas, uma vez que as comunidades escolhidas normalmente eram relativamente reduzidas numericamente, mas, a partir dessas, pretendia-se trabalhar as questões complexas da sociedade brasileira (NOGUEIRA, 1975; MELATTI, 2007).

Realizados principalmente por etnólogos e sociólogos, os estudos de comunidade deram continuidade a tradição das Ciências Sociais brasileiras, onde esses campos de estudo muitas vezes estiveram relacionados. Se anteriormente eram as tradições ensaístas que se destacavam, nos estudos de comunidade o método etnográfico foi priorizado.

Conforme explica Oracy Nogueira (1975), em seu artigo intitulado “Os Estudos de Comunidades no Brasil”, “o emprego da entrevista e da observação participante tem, em tais estudos, a mesma ênfase que, na pesquisa sociológica tradicional se dava à documentação estatística e documentária” (NOGUEIRA, 1975, p.172).

Nogueira (1975), porém, alerta para o “perigo do escamoteamento dos problemas de macrosociologia pela ênfase nos de microsociologia” (Idem). Mas, em defesa dos estudos de comunidade, o autor argumenta que a combinação entre esses estudos, os regionais e os nacionais resultariam numa complementação e também na “mútua correção” de um pelo outro (Ibidem).

Oracy Nogueira define os “estudos de comunidade” como

[...] aqueles levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais (Ibidem).

Apesar desse grau de interdependência, as relações sociais mais intensas seriam desenvolvidas no interior do próprio grupo. Nesse sentido,

Os membros de uma comunidade se distinguem, portanto, pelo seu maior conhecimento recíproco, pela participação de um repertório comum de experiências relativas ao habitat, às pessoas e instituições locais e pela conseqüente consciência grupal que os contrasta com outros grupos populacionais (Op. Cit., p.173).

Oracy Nogueira e Júlio César Melatti fazem um levantamento dos estudos de comunidade realizados no Brasil. O levantamento realizado pelo primeiro aborda de forma mais aprofundada os estudos de comunidades, porém, o de Melatti é mais atualizado. Melatti ainda se refere aos trabalhos de levantamento realizados sobre o assunto (Ver MELATTI, 2007). Aqui, nos limitaremos a exemplificar esses estudos através de alguns trabalhos.

Conforme Nogueira (1975), em 1953 havia dezoito desses trabalhos, publicados, em andamento, ou realizados. Em 1960 quinze desses trabalhos tinham sido publicados (MELATTI, 2007). O próprio Oracy Nogueira realizou, no litoral paulista, o trabalho “Família e Comunidade, estudo sociológico de Itapetininga” (Rio de Janeiro, CBPE, 1962 apud MELATTI, 2007). O estudo de Donald Pierson, “Cruz das Almas, a Brazilian Village” (1966), foi um dos primeiros a ser realizado com o objetivo de treinar estudantes (MELATTI, Op. Cit.). Ele também dirigiu, posteriormente, o estudo de cinco pares de comunidades no vale do São Francisco.

Destacam-se também o de Charles Wagley, na Amazônia, “Man in the Tropics” (1953); o de Eduardo Galvão, “Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, baixo Amazonas” (1976), na mesma comunidade; o de Emílio Willems, “Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil” (1947); o de Marvin Harris sobre a uma comunidade na antiga região de mineração do estado da Bahia; e o de Antônio Cândido, que é considerado de difícil enquadramento dentre os estudos de comunidade por que se refere a diversas localidades no interior de São Paulo (Ver MELATTI, 2007).

A partir dessa pequena amostragem, podemos observar que esses estudos dedicaram-se a comunidades rurais existentes nas mais variadas partes do Brasil. Os anos 1940 e, principalmente, 1950, são marcados pelo processo de industrialização e a conseqüente urbanização acelerada que essa industrialização acarretou. Muitos estudos de comunidades se voltaram para as mudanças culturais e/ou permanências que ocorriam no interior desses grupos.

Esses estudos eram realizados em comunidades de baixa ou média densidade demográfica, cujas economias eram prioritariamente rurais. A visão macrossociológica, ao se preocupar com as grandes questões nacionais, não dava conta das diversas realidades sociais existentes no Brasil. Nogueira sintetiza essa questão, salientando a possibilidade de uma compreensão mais subjetiva da vida social através do método etnográfico:

[...] trazendo ao primeiro plano a observação direta da vida dos indivíduos, com seu comportamento verbal e suas atitudes, sua atuação recíproca, seu comportamento tradicional e suas improvisações, suas convicções e racionalizações, os estudos de comunidades desvendam um importante aspecto da realidade social que ou escapa de todo ou é minimizado quando se adotam outras técnicas ou perspectivas que levam a uma apreensão dessa realidade pelos seus aspectos mais externos e quantitativos (1975, p.176).

Nesse sentido, o autor defende que os estudos de comunidades oferecem uma maior possibilidade de compreensão das “manifestações subjetivas e interindividuais” do grupo, demonstrando sua tendência em perpetuar os valores tradicionais ou sofrer uma mudança radical, gerando o abandono do antigo sistema de valores por um novo. Essa mudança pode ocorrer devido à indiferença do grupo para com as transformações sociais que os afetam, pelo consentimento, ou pelo “empenho consciente” através da adoção de um novo modo de vida (NOGUEIRA, op. Cit., pp. 176-177).

Os estudos de comunidades também tiveram uma proposta prática definida em suas preocupações acadêmicas. Eles pretendiam desvelar o conteúdo interno das relações sociais desenvolvidas no seio desses grupos, a fim de gerar uma interrelação entre esses saberes e os agentes de políticas públicas

específicas que se voltavam para o meio rural, mas que eram marcadas pela incompreensão mútua.

Segundo Nogueira, a visão funcional que esses estudos ofereciam poderia ser útil aos especialistas que lidavam diretamente com essas comunidades, como o médico e o agrônomo, além de oferecerem “um quadro realista da vida dos pequenos e rústicos aglomerados do interior e da população rural”, aos administradores, políticos, homens de gabinete, habitantes das capitais e das grandes cidades, a fim de demonstrar “seu lado [das comunidades] dramático e humano, seus problemas e suas dificuldades, suas condições reais e suas aspirações, seus recursos e suas experiências” (Op. Cit., p.177).

Oracy Nogueira se refere à problemática da representatividade nos estudos de comunidades. O que leva à escolha da comunidade a ser estudada? Segundo Nogueira, 1) a comunidade pode ser escolhida por nunca ter sido estudada antes. Nesse sentido, “os problemas de representatividade se reduzem à determinação do tipo a que [a comunidade] pertence e a cujos exemplares se poderão aplicar as generalizações resultantes” (Op. Cit., p.180); 2) a escolha de uma comunidade pode ocorrer porque o seu conhecimento possibilitará o esclarecimento de um determinado problema formulado anteriormente.

Segundo Oracy Nogueira, a segunda problemática possui predominância nesses trabalhos. Citando exemplos, refere-se ao estudo desenvolvido por ele, onde a escolha da comunidade deveu-se à possibilidade de “acompanhar o povoamento e o desenvolvimento da estratificação social desde o século XVIII até o presente sendo, portanto, uma comunidade “antiga” e “modernizada” [...]” (Op. Cit., p. 181).

Por fim, o autor apresenta três tendências nos estudos de comunidades:

- 1) a ênfase nos aspectos locais;
- 2) a ênfase na inter-relação entre o desenvolvimento histórico e as atuais condições da comunidade;
- 3) a ênfase na interdependência entre a vida social da comunidade e as condições ecológicas da região (Op. Cit., p. 182).

Após os anos 1950 os estudos de comunidades entraram em declínio, mas, a partir de 1968, com o projeto “Estudo Comparativo de Desenvolvimento Regional”, de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, no recém-criado Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, estudos antropológicos voltam a se dedicar ao estudo das comunidades rurais. Esse projeto visou a comparação entre duas regiões brasileiras, o Nordeste, área de ocupação antiga, e o Centro-Oeste, atingido por frentes de expansão e pioneira (MELATTI, 2007).

Moacir Palmeira, através do projeto “Emprego e Mudança socioeconômica no Nordeste”, também realizado no âmbito do Museu Nacional, deu continuidade a esse tipo de estudo, reunindo vários pesquisadores que dedicaram-se às relações de trabalho desenvolvidas na zona da mata nordestina (Idem). Os estados Paraíba, Pernambuco e Alagoas foram os principais focos de investigação.

Esses estudos foram denominados “estudos regionais” ou “estudos em comunidade”. Enquanto os “estudos de comunidades” foram desenvolvidos especialmente a partir dos marcos das teorias de mudança cultural e muitos deles desprezavam os processos históricos vividos por essas comunidades, bem como sua integração em nível local e regional, essa nova onda de estudos, de forma geral, superou as limitações dos estudos de comunidades.



Saiba mais

Saiba Mais

A partir dos estudos regionais, os estudos sobre o campesinato ganharam novo impulso, na zona da mata nordestina, na Amazônia Oriental, no Centro-Oeste, ou em outras regiões. Durante a década de 1980, com o surgimento de novos movimentos sociais no Campo, estes também despertaram o interesse da Antropologia. O protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ MST, surgido em 1984, que passou a reivindicar a reforma agrária a partir da ocupação de propriedades rurais improdutivas foi objeto de discussão em diversos estudos (Ver, p. ex., SYGAUD, 2004).

Durante a realização dos estudos regionais, alguns pesquisadores começaram a se atentar também para especificidades étnicas que algumas comunidades possuíam. As pesquisas depararam-se com comunidades negras rurais e constataram que essas comunidades sofriam discriminação racial no contexto local em que estavam inseridas. Também a partir de 1980 esses estudos tiveram impulso.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, algumas dessas comunidades negras rurais iniciam um processo de politização e recorrem ao direito constitucional de reconhecimento e propriedade territorial, uma vez que muitas delas ainda hoje vivem sem a posse legal do território em que habitam.

Como no caso dos povos indígenas, os estudos antropológicos também desempenharam um papel importante com a produção de Laudos e Relatórios Antropológicos e pesquisas acadêmicas, assumindo em grande medida a terminologia “quilombolas”, em substituição às comunidades negras rurais, para se referirem aos grupos que auto-reconheceram perante o Estado brasileiro e a sociedade abrangente dessa forma.

José Maurício Arruti, no artigo “Quilombos” (2008), explica que o conceito contemporâneo de quilombo está relacionado a duas “militâncias políticas” e a dois “compromissos ideológicos”: à luta contra o “preconceito racial” e “à luta pela implementação de uma ampla reforma agrária” (ARRUTI, 2008, p. 12).

O reconhecimento das comunidades quilombolas por parte do Estado exige, em primeiro lugar, a autoidentificação da comunidade que, a partir daí, entra com processo de certificação oficial na Fundação Cultural Palmares/FCP, órgão responsável pelo acompanhamento e assistência às comunidades quilombolas. A FCP foi criada em 1988, no seio da mobilização pelo tombamento da Serra da Barriga, realizada com o apoio do Movimento Negro (Ver ARRUTI, 2008).

Apesar de a política estatal relativa às comunidades quilombolas ainda se mostrar de alcance limitado é significativo o fato de, pela primeira vez na História do Brasil, serem reconhecidos os direitos territoriais e sociais específicos às comunidades negras que, desde a abolição da escravatura foram sistematicamente negligenciadas pelo Estado.

1.3. Antropologia Urbana

Segundo Oliven (1985), a Antropologia nasceu com o interesse pelo “outro distante”. Marcada pelo estranhamento, a antropologia surgiu do olhar europeu sobre o que parecia “exótico”, “bizarro”. Quando o saber antropológico passou a ser apropriado e produzido pelas ex-colônias, muitas das quais já haviam se tornado estados-nações, a ideia de estranheza cabe no seio das próprias sociedades que se formaram a partir da pluralidade étnica. Os valores culturais em embate, a tentativa de controle estatal a fim de dominar uma sociedade em si mesma diversificada, como é o caso do Brasil, abrem espaço para a realização de uma antropologia voltada para dentro.

Grande parte da produção da Antropologia brasileira dedicou-se aos povos indígenas existentes no país, observando as mais diferentes problemáticas que envolvem esses povos, tais como organização social e parentesco, estrutura social, relação com o Estado nacional, interferência de projetos desenvolvimentistas dentro das áreas indígenas, educação, saúde etc.

Contudo, desde os estudos realizados por Nina Rodrigues, que originaram uma forte linha de estudos antropológicos sobre a religiosidade afro-brasileira, ou mesmo por Gilberto Freyre, que, em “Sobrados e Mocambos” (1936), por exemplo, se concentrou na análise da decadência das antigas instituições assentadas em base rural e na transição da sociedade para as cidades, veremos que há muito existe uma antropologia brasileira que tem a cidade como campo de estudo.

Apesar de haver uma longa tradição de pesquisa antropológica na cidade, somente a partir dos anos 1960 é que a categoria “antropologia urbana” começou a ser problematizada, através da influência da antropologia norte-americana. Nesse período, os antropólogos passaram também a dedicar seus estudos para atores e problemas sociais que ainda não haviam sido objeto sistemático de interesse e análise antropológica.

De início, as produções da antropologia urbana, no Brasil, se voltaram para a migração rural-urbano, constatando a favelização dos antigos moradores de áreas rurais e os problemas dela derivados como a participação social e econômica dessas pessoas nas cidades, a marginalização, os processos de urbanização desiguais, entre outras problemáticas abordadas por essas pesquisas.

Os “estudos de comunidades” podem ser considerados os antecipadores de várias questões que vem a se desenvolver na antropologia urbana, como, por exemplo, a própria relação de interdependência entre o rural e o urbano que alguns desses trabalhos já observavam (MELATTI, 2007). A constatação da cidade como força de atração da população rural que passou a, de forma cada vez mais intensa, buscar nela os meios necessários à sobrevivência, além de desempenhar um papel de transformação de determinados valores culturais, já haviam despertado o interesse de diversos pesquisadores.

Entretanto, ao assumir a cidade como local privilegiado de estudos, a primeira tendência foi considerar a existência de uma “Antropologia da cidade”, devido à especificidade dos problemas urbano-industriais aos quais essa antropologia se dedicava. Porém, considerada assim, a antropologia urbana carecia de objeto próprio, uma vez que se referiria a tudo que ocorre no interior das cidades. Nesse sentido, Ruben George Oliven (1985) argumenta que seria mais interessante utilizar a expressão “Antropologia na cidade”. A disciplina antropológica passou, desde então, a ser largamente difundida e tem ampliado seus temas de estudos e focos de interesses.

Voltando-se inicialmente para a migração interna que inchou as grandes cidades, focalizando as camadas sociais mais desfavorecidas, a antropologia buscou elucidar as questões subjetivas e materiais que cercavam a adoção de novos padrões de vida. Segundo Eunice Durham e Ruth Cardoso,


[...] Justamente por serem ‘marginais’, isto é, por não terem acesso pleno aos canais de participação que permitem a um estrato social, numa sociedade complexa, influir nas decisões que afetam seu próprio destino, é que estes grupos podem ser analisados com sucesso pela antropologia, ciência de certo modo também marginal à civilização urbano-industrial (DURHAM; CARDOSO, 1973, p.50 apud OLIVEN, 1985, 10).

O estudo de Eunice Ribeiro Durham, “A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo”, publicado inicialmente em 1973, é um dos principais estudos sobre a temática. Na década de 1970, porém, a antropologia urbana começa a sofrer transformações, ampliando seu campo de interesse para as camadas médias da população, como em “A utopia Urbana” (1973) de Gilberto Velho, trabalho que se dedica ao estudo de moradores de um prédio de classe média localizado em Copacabana no Rio de Janeiro.

Apesar de termos nos referido apenas a dois estudos considerados importantes para o desenvolvimento da antropologia urbana no Brasil, há um grande número de trabalhos que vem sendo realizados na cidade ou que são originados das preocupações da sociedade urbano-industrial (Ver, p. ex., MELATTI, 2007).

Para citarmos um exemplo do quão variado pode ser nosso campo de estudo, Osmundo de Araújo Pinho realizou, para elaboração de sua dissertação de mestrado (UNICAMP), a pesquisa de campo em dois bares localizados no Centro Histórico da cidade de Salvador (BA). Através da análise do público frequentador dos bares “Proibido Proibir”, de pagode, e “Bar Cultural”, de tendência alternativa, localizados a um quarteirão de distância um do outro, e da relação que esses frequentadores estabeleciam com o ambiente, o autor nos oferece uma interessante análise das relações raciais que são territorializadas nesse espaço (PINHO, 1998).

Outra observação que podemos fazer é que, na atualidade, a própria distinção entre rural e urbano em certos casos pode não fazer muito sentido. A ampliação das regiões metropolitanas, a figura do boia-fria que migra sazonalmente para o campo para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, os assentamentos rurais originados de políticas de reforma agrária que algumas vezes contemplam moradores das cidades inseridos em movimentos de reivindicação territorial, entre outros casos, vem tornar a questão mais complexa do que a oposição rígida cidade x campo.



Saiba mais

Saiba Mais

A antropologia tem ampliado seu campo de estudo e suas linhas de interesse que, no contexto rural ou urbano, nas sociedades indígenas ou nacionais, se divide em diversas áreas de concentração entre outras já clássicas ou inovadoras. No site da Associação Brasileira de Antropologia/ ABA há um artigo de Bela Feldman-Bianco, intitulado “Entre a Ciência e a Política: desafios atuais da Antropologia” (2011), onde a autora faz um levantamento das principais linhas de estudos desenvolvidas atualmente pela antropologia, reproduzidas abaixo:

<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia da Alimentação • Antropologia da Arte • Antropologia Biológica • Antropologia da Ciência e Tecnologia • Antropologia do Corpo e da Saúde • Antropologia do Desenvolvimento • Antropologia do Direito • Antropologia Econômica • Antropologia da Educação • Antropologia do Esporte • Antropologia das Instituições • Antropologia Lingüística 	<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia das Sociedades Complexas • Antropologia Urbana • Antropologia Visual • Cultura Material • Cultura e Política • Etnomusicologia • Etnologia Indígena • Estudos de Conflitos e Violência • Família, Parentesco e Ciclos de Vida • Gênero e Sexualidade • Globalização e Transnacionalismo
---	--

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Antropologia e Meio Ambiente• Antropologia das Migrações• Antropologia da Performance• Antropologia das Populações Afro-Brasileiras• Antropologia Política• Antropologia da Religião• Antropologia Rural | <ul style="list-style-type: none">• Globalização e Transnacionalismo• História da Antropologia• Identidades• Mitos e Ritos• Patrimônio Cultural e Memória• Relações Interétnicas e Raciais• Teoria Antropológica• Tradição e Modernidade |
|--|---|

Os antropólogos brasileiros também têm se voltado cada vez mais para a realização de pesquisas em outros países. A internacionalização da pesquisa de campo na antropologia brasileira é uma questão recente. Somente a partir de 1980 a realidade das pesquisas antropológicas voltadas quase exclusivamente para dentro do próprio país começa a se alterar, com a realização de pesquisas de campo fora do país. Além disso, tem sido crescente também o número de estudantes estrangeiros nos programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil que realizam pesquisas de campo em seus países de origem (Ver FRY, 2004), contribuindo para diversificar os temas e ampliar o alcance da Antropologia brasileira.



Para examinar

Estudos e Pesquisas:

Sobre a situação atual dos povos indígenas no Brasil, o Instituto Socioambiental/ ISA disponibiliza informações através do site <http://www.socioambiental.org/>. Em relação à Etnologia brasileira, há uma entrevista com **Roberto Cardoso de Oliveira** em <https://www.youtube.com/watch?v=IrjI3Aw7ZZw>, onde ele fala sobre sua trajetória intelectual. No texto de **João Pacheco de Oliveira**, “Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais” (1998), está disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext, o autor discute a questão indígena a partir do olhar sobre os povos indígenas que não correspondem ao estereótipo do índio genérico difundido na sociedade brasileira. No artigo de **Eduardo Viveiros de Castro**, “No Brasil Todo Mundo é Índio, Exceto quem não é” (2006), o autor analisa a questão do pertencimento indígena, está disponível em http://piib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. O texto de Alcida Rita Ramos sobre o caso de Belo Monte, que vem dividindo a opinião pública nacional acerca dos projetos de desenvolvimento em áreas indígenas está disponível em [file:///C:/Users/mor/Downloads/Site_ABA - Texto Alcida Belo Monte%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/mor/Downloads/Site_ABA_-_Texto_Alcida_Belo_Monte%20(1).pdf).

Sobre os estudos de comunidade indicamos o artigo “Estudos de Comunidade e as Ciências Sociais no Brasil” (2011), de **Nemuel da Silva Oliveira** e **Marcos Chor Maio**, que realiza um balanço sobre os Estudos de Comunidade no Brasil, entre as décadas de 1940 a 1960, que está disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v26n3/06.pdf>. O depoimento de **Oracy Nogueira** (1995) sobre sua trajetória intelectual está disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a09v2n2.pdf>. Sobre comunidades quilombolas, o artigo de **José Maurício Arruti** (2008), “Quilombo”, problematiza o termo “quilombo” na atualidade, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/quilombos-2013-jose-mauricio-arruti>.

Sobre a Antropologia Urbana, reflexões de autores como **Gilberto Velho**, “Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas” (2009), e de **José Guilherme Cantor Magnani**, “A Antropologia Urbana e os Desafios da Metr pole” (2003), estão disponíveis, respectivamente em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a02.pdf> e http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005.



Exercício

Exercícios de Aprendizagem

- a) Assista o documentário “**Muita Terra pra Pouco  ndio**”, dirigido pelo antropólogo Bruno Pacheco de Oliveira, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wAh2nokq-iM>. Faça uma resenha sobre ele tentando relacioná-lo com o que discutimos no t pico “Etnologia Brasileira” dessa unidade.
- b) Analisando o t pico “Estudos de Comunidades no Brasil” explique quais as principais contribui es que eles trouxeram para a disciplina antropológica no Brasil. A consulta ao texto de **Oliveira e Maio (2011)**, indicado em Para Saber Mais, lhe ajudar  a responder essa questão, aprofundando seu conhecimento sobre a temática.
- c) Analisando o t pico “Antropologia urbana e outras questões da Antropologia contemporânea”, discuta as principais mudanças que tem ocorrido na antropologia brasileira. Escolha um dos textos indicados em Para Saber Mais, **Magnani (2003)** ou **Velho (2009)** para ampliar seu entendimento sobre temática tão importante para a disciplina antropológica na contemporaneidade.

Considera es Finais

Chegamos ao final da disciplina Antropologia 4.

Procuramos debater algumas de suas principais problemáticas, linhas de pesquisa, autores e questionamentos. Espero que o conteúdo trabalhado e as discussões realizadas tenham contribuído para uma ampla compreensão sobre o desenvolvimento da disciplina antropológica no Brasil.

Esclare amos, porém, que a elabora o desse material didático é um recorte dentre a ampla gama de pesquisas, questões e problemáticas a que a antropologia no Brasil tem se dedicado.

Tocamos, não obstante, em temas fundamentais para a forma o da antropologia brasileira, a partir das problemáticas raciais, culturais, classistas, entre outras abordadas ao longo do nosso estudo. Procuramos também nos referir a questões recentes da sociedade brasileira, sobre as quais a antropologia vem se dedicando teoricamente e, algumas vezes, contribuindo, juntamente com outros atores sociais, para a transforma o social.

Enfim, a partir desse instrumental espero ter contribuído para vocês desenvolverem a habilidade de reconhecer tendências, interpretar discursos e fatos da realidade social e do pensamento acad mico.

Agradeço pela oportunidade de compartilhar com vocês a experiência do aprendizado!



Referências

Bibliografia

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade na Antropologia Brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.

BATISTA, Eduardo Luís Araújo de Oliveira. **Tradução, Viagem, Literatura: (Re) escrevendo e colonizando uma cultura**. Rio de Janeiro: Alea: Estudos Neolatinos, 2009, pp. 296-308. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alea/v11n2/v11n2a08.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a questão nacional**. In Reginaldo Moraes, Ricardo Ferrante e Vera Antunes (Orgs.). **Inteligência Brasileira**. SP: Brasiliense, 1985.

_____. **Comentário à Roberto Motta**. Rev. Bras. de Ciên. Sociais. São Paulo, 2009, v. 24, n 69, pp. 163-170.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100012. Acesso em 18/12/2014.

CAMPOS, Marcelo. **A Imagem da Capa**. In Nós, O Povo: cem páginas sob uma perspectiva incomum da formação nacional. Rev. de Hist. da Bib. do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2014, n. 100, s/p.

CÂNDIDO, Antônio. **O Significado de Raízes do Brasil**. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

_____. **Literatura e Sociedade**. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Literatura e Subdesenvolvimento**. In A Educação pela Noite Adentro e Outros Ensaio. São Paulo: Ática, 1989, pp. 140-162.

CARRIJO, Maicon Vinícios da Silva. **O Brasil e os Brazilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte-americanos: Thomas Skidmore e a História contemporânea do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em história Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03012008-120549/pt-br.php>. Acesso em 18/12/2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O Nativo Relativo**. Rev. Mana. Rio de Janeiro, 2002, v. 8, n. 1, pp. 113-148.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005-&script->

sci arttext. Acesso em: 19/12/2014.

_____ No Brasil Todo Mundo é Índio, Exceto Quem Não É. In Povos Indígenas do Brasil. Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 19/12/2014.

CORRÊA, Mariza. **Raimundo Nina Rodrigues e a “Garantia da Ordem Social”**. REVISTA USP. São Paulo, 2005-2006, n.68, pp. 130-139. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. Col. Agenda Brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DANTAS MOTA, Lourenço. **Introdução**. In DANTAS MOTA, Lourenço (Org.). **Uma Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 1999. **Uma Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 1999.

DIÉGUES JR, Manuel. **Etnias e culturas do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, S/d.

Entrevista com Florestan Fernandes. Trans/Form/Ação, Marília, v. 34, p. 1-218, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/mor/Desktop/entrevista%20florestan.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia**. In **Associação Brasileira de Antropologia**. Disponível em: <http://www.abant.org.br/news/show/id/125>. Acesso em: 19/12/2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2013.

FRY, Peter. **Internacionalização da Disciplina**. In TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Orgs.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004.

HERMANN, Matthias Gørgen. **Gilberto Freyre: Uma Tentativa de Introdução à sua Obra**. 1965. MOTTA, Roberto Cortez (Trad.). Ci & Trop. Recife, 1983, v. 11, n. 2, pp. 187-194. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/336/225>. Acesso em 18/12/2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

IANNI, Octavio. **Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro**. Disponível em: Rev. bras. Ci.

Soc. São Paulo, 2002, v.17, n.49, pp. 5-10. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200001. Acesso em 18/12/2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **La Chute Du Ciel: paroles d'un chaman Yanomami**. Collection Terre Humaine. Paris: Plon, 2010.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional: história de uma ideologia**. São Paulo: UNESP, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Antropologia Urbana e os Desafios da Metrôpole**. Rev. Tempo Social. São Paulo, 2003, v. 15, n. 1, pp. 81-95. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005. Acesso em: 19/12/2014.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50**. Rev. Bras. de Ciên. Sociais. 1999, v. 14, n. 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1756.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

_____; **SANTOS, Ricardo Ventura**. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 268 pp. Hist. cienc. saude-Manguinhos. Rio de Janeiro, 1994, v.1 n.1, pp. 173-175. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a17v01n1.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

MATTA, Roberto da. Carnaval, **Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MEDEIROS DA SILVA, Mário Augusto. **A Descoberta do Insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2011.

MELATTI, Júlio Cezar. **Antropologia no Brasil: um roteiro**. Brasília: Série Antropologia, 2007. Disponível em <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>. Acesso em 18/12/2014.

MOTA, Carlos Guilherme. **A Cultura Brasileira como Problema Histórico**. In Revista da USP, 1986, n.3, pp. 07-40.

MOTTA, Roberto Cortez. **Élide Rugai Bastos. As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo, Global**. Rev. Bras. de Ciên. Sociais. São Paulo, 2009, v. 24, n 69, pp. 149-162. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713664011>. Acesso em 18/12/2014.

_____. **Paradigmas de Interpretações das Relações Raciais no Brasil**. Estud. afro-asiát. no. 38 Rio de Janeiro, 2000, n. 38, s/pp.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0101-546X2000000200006. Acesso em 18/12/2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** In OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004.

OLIVEN, Ruben George. **Antropologia dos Grupos Urbanos.** Petrópolis: Vozes, 1985.

ORACY, Nogueira. **Os Estudos de Comunidade no Brasil.** In Pesquisa social introdução às suas técnicas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, s/d, pp. 171-183.

PERES, Sidnei. **Associativismo Pluriétnico e Etnicidade Religiosa: tradições e modernidades em dois contextos etnográficos regionais.** In REIS, Daniel Aarão; MATTOS, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco de; MORAES, Luís Edmundo de Souza; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **Tradições e Modernidades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PINHO, Osmundo de Araújo. **Alternativos e Pagodeiros: notas etnográficas sobre territorialidade e relações raciais no Centro Histórico de Salvador.** In Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 1998, n. 34, pp.35-48.

PRESTES, Maria Elice Brzezinki. **A Investigação da Natureza no Brasil Colônia.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

RAMOS, Alcida Rita. **Revisitando a Etnologia Brasileira.** In MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coords.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: ANPOCS, 2010.

_____. **O Indigenismo na Montagem da Nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina.** In Anuário Antropológico 2007-2008. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2009.

_____. **Belo Monte: a crônica de um desastre anunciado. Associação Brasileira de Antropologia,** s/d.

Disponível em: [file:///C:/Users/mor/Downloads/Site ABA - Texto Alcida Belo Monte%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/mor/Downloads/Site ABA - Texto Alcida Belo Monte%20(2).pdf). Acesso em: 19/12/2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil.** São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SALES, Fernando. **Notas Bibliográficas de Nina Rodrigues.** In RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil.** São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATTO, José Antônio. **Algumas Notas sobre a Historiografia do Imperialismo**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra, Estado e Movimentos Sociais no Brasil**. In Cuadernos de Antropología Social. Buenos Aires, FFyL\UBA, 2004, n. 20, pp. 11-23.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Religião e Etnicidade: religião e relações raciais na formação da antropologia do Brasil**. In PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas**. Rev. Soc., Prob. e Prát., 2009, n. 59, pp.11-18. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a02.pdf>. Acesso em: 19/12/2014.

XAVIER, Libânea Nacif. **Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo**. Rev. Fac. Educ. São Paulo, 1998, vol.24 n.1, s/p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100005&script=sci_arttext. Acesso em 18/12/2014.



Licenciatura em Ciências Sociais

Realização



Ministério da
Educação



Oferecimento

